

Fala Defensoria

A REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



Defensoria
Pública
BAHIA

Dezembro de 2020



Crescimento de mãos dadas com o povo

FALA DEFENSOR



Os tempos têm se apresentado difíceis para instituições que têm como missão manter fechados os olhos de Thêmis - personificação da justiça na mitologia grega - para que haja igualdade para quem se vê oprimido. A venda que confere à deusa o atributo da imparcialidade é ameaçada pelo avanço mundial de uma ideologia autoritária que abomina as minorias e faz reverência ao Estado policaresco e às velhas classes dominantes.

Associada ao momento de recessão que vive hoje o Brasil, essa onda traz um ambiente propenso ao aumento das injustiças e da situação de pobreza, colocando em risco direitos até aqui conquistados com muita luta para minimizar desigualdades e preconceitos históricos de raça, de gênero e de orientação sexual.

Diante desse cenário, torna-se ainda mais evidente a urgência de firmar a Defensoria como âncora para o povo. É por entender essa necessidade que, mesmo com os obstáculos, a Defensoria Pública da Bahia insistiu e persistiu em crescer e continuar avançando nos últimos anos. O maior ganho foi não permitir que a crise fosse capaz de encolhê-la. Somos, talvez, a única instituição que praticamente dobrou o tamanho no período, saltando de 22 comarcas para estar presente em 45; e aumentando em 47% o número de membros da carreira defensorial.

Em 2019, concentramos esforços para que a Defensoria se tornasse mais conhecida, para que mais pessoas soubessem da sua missão e menos

tivessem direitos desrespeitados por não terem a quem recorrer. Buscamos chegar a elas das mais diversas formas: desde os atendimentos oferecidos diretamente nas comunidades mais carentes aos eventos públicos que levaram cultura e educação em direitos. Em especial, buscamos alcançar os jovens, investimos em educar de uma forma atual, dialogando através do entretenimento. Filmes, palcos e músicas levaram ensinamentos de respeito e tolerância para aqueles de quem o país depende fundamentalmente para ser mais justo e igualitário no amanhã. Também buscamos mais espaços nos veículos formadores de opinião e estreitamos nosso relacionamento com a imprensa.

Não nos acovardamos; pelo contrário, nos colocamos na vanguarda para defender as minorias mais atacadas por essa nova onda, como as pessoas LGBT's, mulheres, as comunidades quilombolas/indígenas e a população negra. Aumentamos o número de defensores públicos e intensificamos as atividades da unidade móvel para que pudéssemos alcançar mais comarcas que nunca tiveram os serviços da Defensoria.

Esta revista traz uma parte destes avanços. É notório o quanto a Defensoria ganhou respeito na sociedade, tornando-se referência, devidamente reconhecida como guardiã dos direitos das pessoas mais vulneráveis. O aumento do número de comarcas não é por acaso, é fruto do reconhecimento da essencialidade da Instituição e também medida necessária para criar condições de fortalecimento em todos os sentidos. As pessoas nos conhecem mais e nos procuram mais porque realmente precisam. Como diria o poeta, "é preciso estar atento e forte", pois, nessa conjuntura, a venda de Thêmis tende a cegá-la apenas para os grupos minoritários. Mais Defensoria significa mais acesso à justiça, mais dignidade, liberdade e empoderamento para a população.

Rafson Saraiva Ximenes

Defensor Público Geral do Estado da Bahia

FALA INSTITUIÇÃO

Mais Defensoria, mais direitos humanos



Onde o Estado exerce o poder de julgar deve também prover o direito de defesa ao cidadão. A lógica de equilibrar a balança do julgamento levou a Constituição Federal a conferir à Defensoria o título de Instituição Essencial à Justiça e determinar que, até 2022, onde haja um juiz de direito de primeira instância haja também um defensor público. É essa a difícil missão defensorial brasileira.

As injustiças aumentam quando a nação vive momentos de recessão e polarização como o que vive hoje o Brasil. Aumentam as desigualdades sociais e a necessidade de a população ser defendida e ter as instituições públicas mais próximas e acessíveis.

A DPE/BA alcança anualmente uma média de um milhão de baianos. Tem buscado chegar ao público de diversas formas, muito além dos gabinetes e salas de espera, levando não

somente o atendimento, mas também conhecimento e educação em direitos.

O reconhecimento institucional é construído na memória do povo baiano por meio das viagens aos municípios que não têm os serviços da Defensoria; das itinerâncias nos bairros populares; dos eventos culturais abertos ao público; dos cursos para a população; das posses de defensores com a participação de sociedade civil; e do diálogo contínuo com os movimentos sociais e com o próprio Poder Público.

A conjuntura nacional tenta intimidar a defesa dos direitos humanos, mas o diferencial da DPE/BA é o olhar cuidadoso que tem com as minorias. A Instituição precisa ser próxima ao povo, estar de mãos dadas para concretizar a defesa integral preceituada pela Constituição Cidadã de 1988. E é o que está fazendo: torna-se cada dia mais presente, conhecida e com ampliação em seus atendimentos.



Defensoria abraça a diversidade

Mais atual do que nunca, a diversidade de gênero é uma pauta que tem se destacado na DPE/BA, que se colocou na linha de frente para reafirmar o direito de a pessoa exercer a própria sexualidade e se reconhecer do jeito que se sintam bem e felizes. Quando se fala em morte de LGBT's, o Brasil é recordista mundial, conforme aponta o relatório 2018 do Grupo Gay da Bahia, que há 40 anos apura esse tipo de violência no país. Foram 420 mortes: 76% corresponde a homicídios e 24%, suicídios.

A compreensão da pluralidade aproximou mais a Defensoria das comunidades LGBT's e levou-a a levantar bandeiras que convocam todos à prática da tolerância e do respeito. Mais que defender, educar é prioridade. Hoje, a Instituição é referência no ensino do trato com as pessoas LGBT's e fornece conteúdo teórico para facilitar o entendimento de conceitos que nascem do estudo científico sobre a sexualidade humana.

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) criminalizou a LGBTfobia, tornando-a crime inafiançável e imprescritível e equiparando-a à Lei de Racismo (7716/89).



Pelo direito de amar

A DPE/BA organizou casamento coletivo LGBT que celebrou a união de 12 casais em Salvador, em agosto de 2019. “O amor é contagiante, não há espaço para a discriminação e nem para a violência!”, exclamou a coordenadora da Especializada de Direitos Humanos, Livia Almeida. Outros casamentos devem acontecer em Lauro de Freitas e Vitória da Conquista em 2020.

“ Vimos a oportunidade de afirmar que merecemos respeito, que estamos casando e temos os mesmos direitos que todos. ”

Rosilene, hoje casada com Ana Paula Oliveira, após sete anos morando juntas.



Dignidade começa pelo nome

“Sofro preconceito no mercado de trabalho”; “já passei constrangimento em locais públicos”; “não tenho dinheiro para o processo”; “não encontro apoio na minha família, muito menos da sociedade”. Esses eram relatos comuns ouvidos nos quatro mutirões que a DPE/BA fez em 2019 (Salvador e Paulo Afonso) para retificar os registros civis de pessoas trans, garantindo dignidade a 160 delas, que hoje podem ser chamadas socialmente pelo nome com o qual se identificam.

A adequação dos documentos é prestada a qualquer tempo pela Defensoria, mas são os eventos que dão visibilidade ao serviço e amplificam a voz do público trans, historicamente marginalizado no Brasil. Bianca Borges aguardava a alteração há muito tempo. “Uma aparência como a minha não convém com o nome (de batismo).

Vai mudar tudo na minha vida. É um sonho”, comentou, após ser atendida em um dos mutirões. Nasceu uma nova mulher e uma esperança para ela, que deixava de procurar serviços básicos, como de saúde, por causa do preconceito.

Já Reeynara dos Santos acredita que a mudança representa também a abertura de oportunidades de trabalho. “Sinto-me tranquilizada. É uma questão de autoestima, mas também de inserção. Não conseguimos seguir sem a aceitação social”, comentou.

Em Salvador, o serviço pode ser solicitado na Casa de Direitos Humanos da Defensoria da Bahia, que fica localizada na Rua Arquimedes Gonçalves, Jardim Baiano, nº 482. No interior do estado, basta ir até a unidade da DPE mais próxima.



1º Mutirão de Adequação de Nome e Gênero na Estação Nova Lapa, em Salvador, em fevereiro, durante a Posse Popular de 37 novos defensores públicos. Beneficiou mais de 50 travestis e transexuais



O 2º mutirão atendeu cerca de 40 pessoas trans e aconteceu no auditório da Escola Superior da Defensoria, em Salvador, no mês de maio



O 3º mutirão alcançou mais 50 pessoas, também na Escola Superior, no mês de setembro



O 4º mutirão aconteceu na comarca de Paulo Afonso, garantindo o direito do nome social nos registros a 20 jovens trans

Ganho de visibilidade



A DPE/BA retratou a luta pelo respeito à identidade de gênero no evento de comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Trans (29/01) em Salvador



Os 50 anos da "Rebelião de Stonewall", considerada como o marco zero da luta LGBT por direitos no mundo, foi lembrado em evento na ESDEP (28/06)



Um dos eventos de capacitação para atendimento das pessoas trans foi o promovido pela Defensoria para assistentes sociais, pedagogos e psicólogos da Fundação Cidade Mãe, que educa jovens em situação de risco social para o exercício da cidadania e dos direitos humanos



A DPE/BA esteve na 18ª edição da parada do orgulho LGBT em Salvador, evento que reuniu milhares de pessoas no Dique do Tororó e homenageou os 40 anos dos Grupo Gay da Bahia (GGB) e os 50 anos do levante de Stonewall



Há 12 anos o cortejo da DPE/BA marca presença na Lavagem do Bonfim, segunda maior manifestação popular do estado, e em 2019 levou a mensagem de tolerância, diversidade respeito

Habitar é direito de todos

É característico do ser humano ter um lar. A habitação é considerada um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948. No entanto, embora o mundo tenha espaço suficiente para seus 7,5 bilhões de habitantes (cerca de 3 campos de futebol para cada), os conflitos pela terra e propriedade são comuns. Na Bahia, a Defensoria é um *front* de defesa da moradia popular e atua para que comunidades vulneráveis tenham seu espaço e exerçam suas culturas e modos cooperativos de vida.

Em setembro de 2019, cerca de 600 famílias do Quilombo Kingoma, que existe desde o século XVI em Lauro de Freitas, obtiveram a garantia de permanecer nas terras por causa da atuação em segundo grau da Defensoria.

A Instituição representa a comunidade desde 2012 e já havia conseguido liminar favorável em primeiro grau num processo de reintegração de posse movido por grande empresário baiano, que recorreu da decisão.

O Tribunal de Justiça da Bahia indeferiu o recurso e, embora ainda não finalizado o processo, os quilombolas puderam ficar mais tranquilos. “A nossa esperança é permanecer na



A comunidade do Kingoma promove a preservação das plantas medicinais, a criação de animais e o cultivo da terra, em uma relação que envolve ancestralidade e sobrevivência

nossa terra, com a nossa história e cultura. Lá está a alma do nosso povo quilombola. Somos símbolo da resistência negra”, comenta aliviada a orientadora espiritual do Kingoma, Ana Lúcia dos Santos, conhecida como don’Ana.

“Tudo que usamos é para nosso sustento. Não podemos perder nosso território, não ter lugar para plantar, nem para criar, nem para conservar a mata onde buscamos o que precisamos”, afirma.

A expectativa é que o litígio termine após estudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA sobre identificação e delimitação do processo de regularização fundiária do Kingoma.

Acordo garantido

Após três anos, sete processos para desapropriação fundiária da área onde está sendo construída a Via Metropolitana, que reúne Kingoma, Areal e Parque São Paulo (Lauro de Freitas), chegaram ao fim com acordos mediados pela DPE/BA. Foram beneficiadas mais de uma dezena de pequenos posseiros, que já tinham o direito à moradia garantido graças à Instituição.



Desocupação em Paulo Afonso



O espaço habitado é usado também para plantação, agricultura familiar e criação de gado

Em Paulo Afonso, Nordeste da Bahia, a Defensoria obteve decisão judicial para evitar que moradores de um loteamento no bairro Fazenda Chesf tivessem imóveis derubados pela Companhia Hidrelétrica de São

Francisco, que requer a reintegração de posse. Aproximadamente 134 famílias residem há pelo menos 26 anos na área. Embora a Justiça tenha proibido novas construções, manteve a determinação de permanência das pessoas no local. A Chesf recorre da decisão.

De acordo com a defensora pública Natalie Navarro, que atuou para evitar as demolições, é necessário planejamento e políticas públicas para abrigar as pessoas antes da remoção do local. “O ordenamento jurídico veda que seja feita uma desocupação dessa forma, são pessoas carentes, que estão lá há muito tempo”, comenta a defensora, que está acompanhando os desdobramentos do caso.

Políticas públicas para Rio dos Macacos

O Quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho, sofre com a falta de políticas públicas de habitação. O ingresso à comunidade se dá por uma estrada de barro e há problemas de iluminação, saneamento básico, segurança e acesso ao sistema de educação e saúde.

A Defensoria vem convocando e participando de reuniões com instituições e concessionárias de serviços públicos para efetivar melhorias. Em setembro de 2019, intermediou uma reunião entre a Associação dos Remanescentes do Quilombo e a Prefeitura de Simões Filho, quando gestores municipais apresentaram propostas de solução, como disponibilizar novos transportes coletivos e reformar escola na região.

Já em dezembro, em reunião interinstitucional, ficou definido que a Prefeitura deverá fornecer um projeto/cronograma de pavimentação da estrada de acesso que será monitorado pela DPE/BA, e também ficou acordado que a Coelba fará inspeções para analisar a rede elétrica no local. Quanto ao saneamento, está

previsto que Embasa irá participar das reuniões de trabalho em 2020 para oferecer soluções.

Rio dos Macacos está em evidência devido aos conflitos pela propriedade da terra entre os quilombolas, que a habitam há mais de 200 anos, e a União. Relatos de violação de direitos humanos e precariedade já foram documentados em filmes, exposições e reportagens.



Upgrade: 'Pai Responsável' assume diversas frentes em 2019



Lançamento da campanha da Ação Cidadã Sou Pai Responsável em Salvador, em agosto de 2019

A difícil realidade que milhões de crianças e mães-solo (que criam os filhos sozinhas) enfrentam pela ausência de um pai é amenizada pela DPE/BA desde 2007. Todos os anos a Instituição promove a *Ação Cidadã Sou Pai Responsável* oferecendo exames gratuitos de DNA para investigação de paternidade, conscientizando e sensibilizando a sociedade sobre a importância da participação paterna na vida dos filhos.

Desde sua criação, a ação já assistiu mais de 24 mil pessoas. Só em 2019, a iniciativa atendeu 5 mil e realizou em torno de 2.800 testes de DNA. Dando ouvidos à mensagem que conchama à paternidade responsável, 175 pais reconheceram espontaneamente os filhos, sem necessidade do exame.

Sempre em agosto, mês dos pais, a ação é intensificada com campanha publicitária e em 2019 ganhou visibilidade com as parcerias

feitas com o Esporte Clube Bahia e o Esporte Clube Vitória, em Salvador, e com o Boulevard Shopping, em Feira de Santana. Também abrangeu mais comarcas no interior. Durante o período de intensificação foram feitos ao menos 1.557 atendimentos e 528 testes de DNA em todo o estado.

“Podemos notar muitos casos de reconhecimento de paternidade de recém-nascidos. Isto é ótimo, as crianças não ficarão esperando mais tempo para terem o pai no registro, assumindo as responsabilidades”, destaca a defensora pública que coordena a Especializada de Família, Tatiane Franklin Ferraz.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o Brasil conta hoje com mais de 5,5 milhões de crianças que não têm o registro do pai em seus documentos

A arte convida



Ator Érico Brás e sua filha, Érica Brás

A campanha da Ação Cidadã Sou Pai Responsável em 2019 foi apadrinhada pelo ator da Rede Globo Érico Brás, que junto com a filha, Érica, de 16 anos, abraçou a ideia de chamar a atenção para o papel paterno. Pela primeira vez, a ação contou com a participação não só do padrinho mas também da prole.

Em Salvador, o lançamento aconteceu na Casa de Acesso à Justiça I, Jardim Baiano. Na unidade de Feira de Santana, na sede da 12ª Regional da Defensoria. Érico Brás esteve em ambos os eventos.

“É bacana ver a quantidade de pessoas que têm feito o exame de DNA. Isso tem me sensibilizado. Você reata um laço familiar que é importante não só na vida da criança, mas do pai também”, refletiu Brás.

O artista e humorista global agora soma-se ao rol de padrinhos/madrinhas de edições anteriores da Ação Cidadã Sou Pai Responsável que acreditam na Defensoria enquanto instituição que leva transformação social para a sociedade, como o cantor Denny Denan (2018) e a comunicadora Rita Batista (2017).

Futebol como porta de conscientização

Golaço no mês dos pais! Em conjunto com o projeto Defensoria na Torcida - que permite a divulgação das ações institucionais em estádios de futebol - a equipe da Ação Cidadã Sou Pai Responsável organizou mutirões na Loja Esquadrão (Arena Fonte Nova) e na Loja Oficial do Vitória (Barradão) durante uma semana. Ao todo, 341 pessoas foram atendidas nos estádios e 104 exames de DNA foram realizados. O acréscimo no número de exames foi de 330% se comparado à média de janeiro a julho de 2019, na capital.

“Procuramos encaixar a Ação nos clubes, incorporar a força que tem o futebol, que é uma paixão nacional, e potencializar o alcance das campanhas institucionais”, destacou Pedro Casali Bahia, subdefensor público geral e um dos idealizadores da junção das iniciativas.

Fora dos campos, o vídeo “Em nome do pai”, assinado junto com o Esporte Clube Bahia, repercutiu nacionalmente, na TV e nas redes sociais, e emocionou milhões de pessoas com

a história de um garoto apaixonado por futebol escrevendo cartas para um pai ausente. A ação também repercutiu internacionalmente e foi mencionada no jornal britânico *The Guardian*, um dos maiores do mundo.



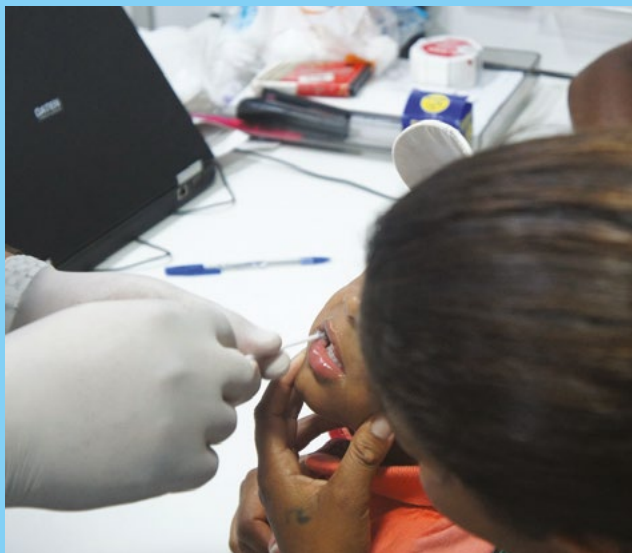
A ação levou compreensão sobre paternidade a milhares de torcedores dos dois maiores clubes do estado: o Bahia e o Vitória



THE GUARDIAN
“Nas semanas que antecederam o Dia dos Pais, eles promoveram testes de paternidade gratuitos na loja do clube, unindo dezenas de crianças com pais que elas ainda não conheciam.”



Paternidade no interior baiano



Muito além da intensificação das atividades na capital, todas as unidades do interior participaram da campanha de intensificação em agosto, com as coletas de DNA. O destaque vai para as comarcas de Feira de Santana (247 atendimentos), Alagoinhas (167), Amargosa (153) e Juazeiro (100).

Em Amargosa, a Unidade Móvel da Defensoria deu reforço às atividades da Ação Cidadã Sou Pai Responsável. A Instituição organizou evento, em parceria com centros de referência, marcado com dinâmicas para as crianças e pais presentes sobre a importância da paternidade. E com direito a café da manhã, já que muitos moradores da zona rural pegaram condução de madrugada para fazer as coletas.

A Unidade Móvel fez exames de DNA gratuitos em diversas comarcas no interior onde não há Defensoria Pública



Unidade Móvel Rafael Jambeiro



Unidade Móvel Brejões



Unidade Móvel Valente



Unidade Móvel Itatim

Criança é para amar e cuidar



Os irmãos Rian (esquerda) e Pedro (direita) no vídeo da Campanha Ame e Adote da DPE/BA

Cuidar é a palavra de ordem quando o assunto é juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina a defesa integral às novas gerações e essa missão é cumprida com zelo pela DPE/BA.

É papel da Instituição auxiliar famílias com o processo de adoção/guarda e regularizar a situação jurídica daqueles que se responsabilizam por crianças e adolescentes. E há dez anos vem mostrando que adotar é mais que um vínculo legal: é um ato de amor.

A atuação defensorial na área protetiva infantojuvenil executou ao menos 237 atos em Salvador, em 2019, entre ações para adoção, ações de guarda, busca e apreensão, medidas protetivas, além de resoluções extrajudiciais de conflitos.

Em Salvador, a maioria das crianças aguardando adoção é negra e maior de cinco anos, conforme explica a coordenadora da Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente da DPE/BA, Gisele Aguiar. No Brasil, bebês de até dois anos, brancos, são os mais procurados.

Por isso, a décima edição da Ação Cidadã Ame e Adote, intensificada em maio de 2019, concentrou-se em estimular a adoção de crianças que não são mais bebês (adoção tardia) e daquelas em estado de vulnerabilidade, com necessidade de cuidados especiais. A realidade dos abrigos, lotados de jovens nessas condições, é um desafio a ser superado.

A campanha foi apadrinhada por uma mãe, Zaida de Luna, psicóloga; um pai, Anderson C. Souza, médico e militar; e seus dois filhos adotivos. Pedro, o mais novo, chegou à família ainda bebê. Mas seu irmão biológico, Rian, com doença grave, integrou o núcleo familiar aos quatro anos. Hoje o quadro de Rian é estável.

O amor, para a mãe, foi a cura. “Se vivesse um mês, dois meses, um ano... Ele ia viver perto da gente. E hoje meu filho não tem nada, nem uma gripe”, comentou Zaida. Para o pai, o sentimento é incondicional. “Não amamos por isso ou aquilo, apenas amamos”, expressou.

Com as Ações Cidadãs Ame e Adote e Sou Pai Responsável, a Defensoria deixa claro que o fundamento de uma família não é exclusivamente o vínculo sanguíneo, mas principalmente o afeto. Ambas levam à criança e ao adolescente o direito de ter uma família completa.

O amor não nasce das leis



Nada resiste ao bem e ao amor, como disse o filósofo e escritor Leonardo Boff. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente vede a

adoção por ascendentes (pais, avós, bisavós), a Defensoria Pública conseguiu, de forma inédita, na cidade de Ilhéus, uma liminar autorizando o bisavô de uma menina de 10 anos ser oficializado como pai dela. Desde o nascimento ele cuida da criança, que reconhece ele e a esposa como legítimos pais. A garota não se reconhecia nos documentos, nos quais constavam o nome dos pais biológicos, que a abandonaram.

“É um precedente importante que reafirma o entendimento do STJ de que, em situações excepcionais, as vedações à adoção podem ser relativizadas. O amor se sobrepôs à interpretação literal da lei e isso é motivo de comemoração”, declarou a defensora pública Julia Almeida Baranski, que foi além dos protocolos e com poesia sensibilizou o Judiciário ao escrever na petição que “os lírios não nascem da lei”.

Como funciona o processo de adoção?

É preciso enviar à Vara de Infância local um pedido de habilitação para adoção, que pode ser preparada por defensor público ou advogado. Se aprovado, o nome poderá constar do cadastro local e nacional de pretendentes à adoção e entrará para a fila, aguardando a criança compatível com o perfil desejado - definido em entrevista técnica em que o candidato opta, por exemplo, por sexo, cor, e faixa etária. Quando há irmãos, a lei recomenda que não sejam separados.

Até a finalização, o processo de adoção costuma ser extenso. É necessário um estágio de convivência monitorado pela Justiça, permitidas visitas ao abrigo onde a criança mora e pequenos passeios para que se aproximem e se conheçam melhor. Caso o relacionamento seja positivo, é estabelecida a guarda provisória da

criança ou adolescente, que passará a morar com os novos responsáveis, recebendo visitas periódicas da equipe técnica até que haja uma avaliação conclusiva e o juiz profira a sentença de adoção.

A idade mínima para se habilitar à adoção é 18 anos e deve haver diferença de 16 anos entre adotantes e adotados. Pessoas solteiras, viúvas ou que vivem em união estável podem adotar. Casais homoafetivos também têm o direito, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, com jurisprudência consolidada.

Alguns dos documentos requeridos para a ação são: carteira de identidade, CPF, certidão de casamento ou nascimento, comprovante de residência, comprovante de rendimentos, atestado ou declaração médica de sanidade física e mental, certidões cível e criminal.

Lugar de fala para jovens em medida socioeducativa



Cidadania e educação em direitos é o que a DPE/BA está provendo para jovens que cumprem medidas nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (Case's) de Salvador. Lançado em julho de 2019, o projeto “Lugar de Fala” dialoga com os socioeducandos sobre temas relacionados ao cotidiano e ao contexto em que vivem, aprimorando o processo de ressocialização.

Foram 12 encontros, realizados no segundo semestre, que trouxeram temas como racismo, igualdade de gênero, importância da leitura, cultura e distribuição étnico-racial na Bahia. Ao final, os jovens produziram textos sobre o que aprenderam e 82 adolescentes receberam certificação, o que contribui positivamente para eles na avaliação do cumprimento da medida socioeducativa.

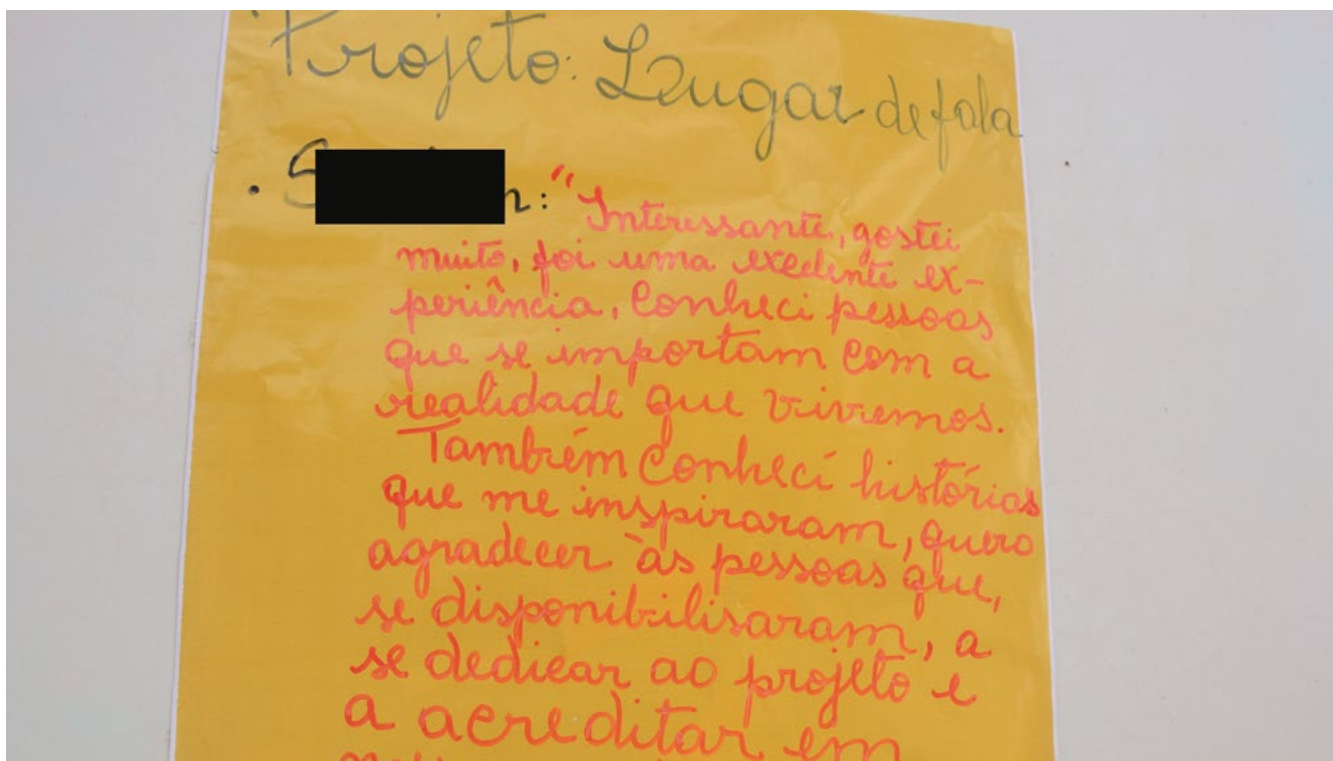
“Meu sonho é sair, cursar Direito e ser um bom advogado. Descobri que gosto de escrever, expressar meus sentimentos em poesia,

sonha um dos participantes do Lugar de Fala.

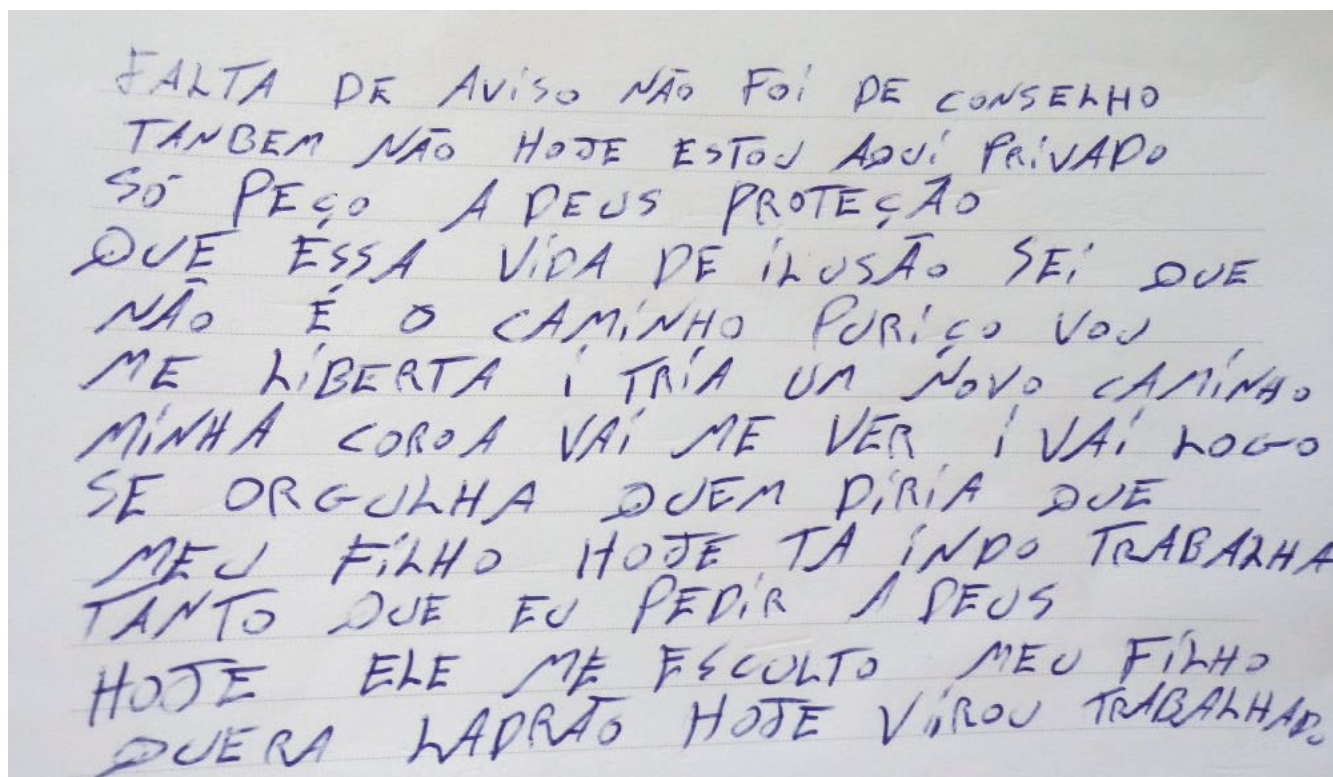
Além de defensores públicos, entre os convidados para bater papo e orientar os jovens, estiveram o escritor e ex-presidiário Luiz Mendes; a ouvidora-geral da DPE/BA, Sirlene Assis; a socióloga Vilma Reis; as professoras da UFBA, Daniela Portugal e Mabel Freitas; além de psicólogos.

Para o defensor público idealizador do “Lugar de Fala”, Bruno Moura, a receptividade dos jovens tem sido positiva. “É gratificante ver o pensamento crítico deles sobre a própria realidade e do momento que estão passando ao cumprir a medida”, comentou. Ele avalia como um espaço livre para o debate, onde aprendem uns com os outros: o socioeducando e os colaboradores. O projeto prossegue em 2020.





Os textos escritos pelos jovens que participam do Lugar de Fala 2019 têm previsão de serem publicados em produto do selo ESDEP Editorial da Defensoria Pública da Bahia



Abraçando Vidas

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas agora têm a oportunidade de auxiliar na garantia de justiça para pessoas que como eles encontram-se vulnerabilizadas. O programa *Abraçando Vidas*, conveniado com a Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), abriu as portas para que eles possam estagiar e ter potencializada a ressocialização.

Inicialmente, a DPE/BA está acolhendo em seu quadro funcional cinco internos das unidades da Fundac.

“A expectativa é grande para adquirir conhecimento, amadurecer e entender mais sobre as leis e os direitos das pessoas”, declarou a jovem Y.L.S, 17, que sonha ser cantora, dançarina e atriz.

Conforme o defensor-geral, Rafson Ximenes, a DPE acredita no potencial dos adolescentes. Para ele, segurança se faz com inclusão social. “Estas pessoas não deixaram de fazer parte da sociedade, precisam de oportunidades para se desenvolverem”, afirmou. A defensora que coordena a área da Infância, Gisele Aguiar, garante que muitos virão além dos cinco primeiros jovens escolhidos.

O *Abraçando Vidas* também tem a proposta de dar oportunidade a jovens que residem em unidades de acolhimento/abrigo e a grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, LGBT’s, adolescentes vítimas de violência doméstica, matriculados no Ensino Médio da rede pública da capital.

Bola e vibração: “Jovens no estádio” realiza sonhos



A final do Baianão 2019, entre Bahia e B. de Feira, foi assistida por jovens no Joia da Princesa

O futebol pode transformar vidas. Essa premissa continua movendo o *Jovens no Estádio* a alcançar mais gente na Bahia. Voltado para socioeducandos e jovens em acolhimento insti-

tucional, o projeto abre espaço para momentos de lazer, incentivando a reintegração.

“Realizei um sonho. Pela primeira vez vi meu time jogar de tão perto assim!”, comemorou o jovem R., 16, que torce pelo Vitória e já sonhou em ser jogador. Ele assistiu o jogo contra o Náutico, no Barradão, pela Copa do Nordeste, em fevereiro.

A parceria bem sucedida com a Fundac e a Federação Bahiana de Futebol disponibilizou, no primeiro semestre de 2019, 86 ingressos e beneficiou nove instituições socioeducativas - possibilitando visitas a seis estádios nas cidades de Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista.

Contra o punitivismo, a favor da legalidade

Todas as pessoas acusadas criminalmente têm garantia constitucional de direito à ampla defesa. No entanto, a área jurídica penal é a mais atacada por quem acredita que a punição implacável é sinônimo de justiça.

Somada a um sistema prisional que se estrutura a partir da exclusão social de negros e pessoas em extrema carência de recursos, a cultura

do punitivismo apenas agrava o fenômeno da superlotação carcerária.

Por isso, a Defensoria da Bahia tem organizado ações, debates e estudos sobre o tema, reforçando que ninguém deve ter direitos flexibilizados e que a ideia de aprisionar, sem que o indivíduo represente perigo para a sociedade, não contribui para a diminuição da violência.



Relatório das Audiências de Custódia retrata alvos do Estado

A audiência de custódia é um direito que toda pessoa que foi presa tem de conversar com um juiz, defensor público, promotor ou advogado para que seja analisada a legalidade da prisão ou se existe razão para ser mantida presa.

A DPE/BA catalogou os dados de todas essas audiências em Salvador (17.793 flagrantes desde o início da implementação delas, em 2015) e elaborou um estudo apontando que a quase totalidade dos flagranteados são população negra (98,8%); homens (94%); jovens (68,3%); com

até o Ensino Fundamental (54,6%); e com renda abaixo de dois salários mínimos (98,7%).

Produzido pela Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas, o *Relatório das Audiências de Custódia na comarca Salvador/Bahia (anos 2015 a 2018)* é o maior banco de dados sobre o tema. As estatísticas provam estar equivocada a ideia que os flagranteados voltam a incorrer em novas audiências logo após liberados. A taxa de retorno foi apenas 1,5% em 2016; 2,2% em 2017 e 3,9% em 2018.



Imprensa atenta

Os dados do Relatório sobre Audiências de Custódia foram apresentados em coletiva à imprensa local e amplamente divulgados na mídia com matérias e artigos do defensor-geral da Bahia e de apoiadores. O tema foi pauta para veículos nacionais e baianos (TV, rádio, internet e impresso), entre eles, Estadão, Consultor Jurídico, Lex Magister, O Povo, Portal Migalhas, Jornal GGN, TV Bahia, Bahia Record, Correio da Bahia, Bahia Notícias, Metro 1 e Páginas de Direito.



Busca por políticas públicas

O Relatório sobre as audiências de custódia também foi apresentado aos deputados em audiências públicas na Assembleia Legislativa estadual. Na ocasião, foi considerada a urgência de divulgá-lo amplamente para fomentar as políticas públicas que combatam a cultura do punitivismo e minimizar os efeitos que levam milhares de negros e pobres aos cárceres. A coragem em publicar o estudo foi aplaudida pelos parlamentares e pela sociedade civil.

Avaliação processual de detentos recebe reforços



tivar os direitos desse grupo e evitar a injustiça.

Equipes defensoriais, com o reforço da UMA, atenderam a 684 internos nas penitenciárias de Feira de Santana e Salvador. A prioridade foi para aqueles que respondem processos em outros estados e em comarcas do interior que não possuem Defensoria Pública. Também foram priorizados os que, condenados, aguardam transferência para unidade adequada.

“Muitos ficam presos indefinidamente, sem ter o caso julgado. Encontram-se em desam-

paro e sequer recebem visitas da família, que não tem condições de se deslocar”, explicou a coordenadora da Especializada de Execução Penal da DPE/BA, Fabíola Pacheco.

Segundo ela, às vezes a Defensoria é o único meio de comunicação entre os custodiados e o mundo exterior. Em Salvador, 13 deles que já tinham alvará de soltura concedido pelo judiciário, mas seguiam presos, tiveram justa liberação nos mutirões realizados.

FEIRA DE SANTANA - MUTIRÃO 24/07

395 prontuários analisados;

114 presos foram atendidos;

Problemas identificados: maioria dos custodiados possuía pendência processual; alguns necessitavam de atendimento médico e odontológico, requerido ao Conjunto Penal;

SALVADOR - MUTIRÕES 24, 25/07; 22, 23, 24/10; E 18, 19, 20, 21/11

500 prontuários analisados;

377 presos atendidos

Problemas identificados: atraso nos andamentos processuais, alvarás sem cumprimentos, e cumprimento de pena em regime mais gravoso.



Abordagem policial

Defensoria lançou cartilha que orienta população e policiais sobre abordagem em evento na Escola Superior, na capital baiana

Como agir durante uma revista pessoal, uso de algemas, abuso de autoridade, denúncia de violência arbitrária, busca domiciliar, blitz, exame de corpo delito, devolução de pertences, entre outros? Esses são temas presentes na cartilha *O que você precisa saber sobre abordagem policial*, que a Defensoria baiana lançou em 2019 para orientar, à luz do Direito, tanto a população quanto os próprios policiais sobre o que é ou não é legal no incômodo (e às vezes necessário) ato de abordar o cidadão.

Com 15 mil exemplares impressos e uma versão digital, a cartilha explica, por exemplo, que o policial pode revistar bolsas, sacolas e mochilas se a suspeita for justificada. Mas que não é legal a revista pessoal baseada na cor da pele, no fato de a pessoa estar na periferia, na orientação sexual, ou pela forma como está vestida.

A publicação revoluciona também por trazer, explicitamente, a urgente necessidade de respeitar a dignidade das travestis, mulheres e homens trans durante a abordagem, reconhecendo o direito de serem tratados conforme o gênero com o qual se identificam. A Instituição

promoveu diversos eventos na capital e no interior para divulgar a publicação, que tornou-se ferramenta de autodefesa e empoderamento de milhares de baianos, sejam civis ou militares.

Para o defensor-geral, Rafson Ximenes, a iniciativa estimula uma melhoria do ambiente social para que as relações entre polícia e comunidade sejam mais tranquilas. “A Defensoria luta por uma sociedade com segurança, direitos assegurados, em que a lei prevaleça e as forças policiais sejam respeitadas, não temidas”, expôs.

A coordenadora de Direitos Humanos da DPE/BA, defensora pública Eva Rodrigues, concorda que munir a população com essas informações é essencial para uma cultura de pacificação social efetiva.

Como fruto do trabalho, em novembro de 2019 a coordenação de Direitos Humanos da DPE/BA qualificou dezenas de policiais no evento *Capacitação em Abordagem Policial, Mandado de Prisão e de Busca e Apreensão*, promovido pela Corregedoria Geral da Secretaria da Segurança Pública (SSP/BA).

Fala Defensoria



Atividade na biblioteca comunitária do bairro Calabar divulga cartilha



O interior da Bahia também foi contemplado com o lançamento da cartilha de abordagem policial em colégio de Brumado



A Defensoria discutiu a abordagem policial na Assembleia Legislativa, em audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança



Cartilha foi apresentada com Mutirão de atendimento no Centro de Salvador



Equipe de gestão da DPE/BA dialogou com o Comando de Operações da PM a fim de que as informações da cartilha cheguem à base da instituição militar

Compromisso com a efetivação da igualdade racial



Defensoria Pública BAHIA

A luta antirracista ganhou reforço em 20 de novembro de 2019 - Dia da Consciência Negra -, com a criação do Grupo de Trabalho (GT) Pela Igualdade Racial, instituído pela Defensoria da Bahia.

Com o apoio da Defensoria Geral e inspirado no grupo de pesquisa criado por defensores públicos baianos negros para debater o tema, o novo GT nasceu com o propósito de criar mecanismos para combater a discriminação dentro e fora do ambiente institucional e auxiliar na elaboração de propostas que consolidem as políticas de igualdade da DPE. Também tem atribuição para atuar diretamente ou como órgão auxiliar na defesa da população negra em casos individuais e coletivos.

“O racismo é um dos maiores obstáculos à inclusão social. Temos tomado algumas medidas para modificar nossa estrutura e combatê-lo”, declarou o defensor-geral, Rafson Ximenes, dando como exemplo a política institucional de reserva de vagas para a população negra, implementada desde 2016 em concursos para defensores públicos, servidores e estagiários.

O GT é vinculado à Especializada de Direitos Humanos da DPE/BA e também tem como

objetivos identificar demandas populares no campo da igualdade racial que possam ser fortalecidas com a intervenção defensorial; combater as práticas racistas com ações pedagógicas; mapear práticas desenvolvidas na área pelas Defensorias em cada estado; e levantar dados junto à sociedade civil organizada acerca do que os movimentos engajados na luta antirracista esperam da Defensoria.

Outra estratégia para minimizar as desigualdades raciais, começando dentro da própria Instituição, foi orientar e capacitar as pessoas que trabalham e colaboram com a Defensoria promovendo cursos contra o racismo institucional. Em 2019, o Fundo de Assistência Judiciária da DPE/BA deferiu uma solicitação da Escola Superior para que defensores da capital e do interior participassem do evento *Racismo Estrutural e Estado de Direito*, realizado pelo Instituto Luiz Gama.

Além dos 30% para pessoas negras, a Defensoria também reserva 5% das vagas em concursos para pessoas com deficiência e 2% para indígenas.

População aproveita festas com direitos assegurados



Defensoria fiscalizou e garantiu toldos nos pontos de apoio aos trabalhadores autônomos no Carnaval

Carnaval de Salvador, Micareta de Feira de Santana e Romaria de Bom Jesus da Lapa. Além de muito populares, em 2019 outro ponto tornou-se comum a esses eventos: a presença da Defensoria da Bahia, que ficou de plantão todos os dias de festa, a fim de inibir as violações de direitos. No geral, 10.578 pessoas foram alcançadas com as ações institucionais.

Em Salvador, durante os sete dias em que a equipe plantonista atuou no carnaval, estimou-se o alcance a 8.212 pessoas. O destaque foi a proteção a vendedores ambulantes e grupos que dependem do trabalho no período para sobreviver, em especial os catadores de materiais recicláveis.

Na Micareta de Feira, 1.464 pessoas foram alcançadas durante os cinco dias em que a DPE/BA esteve de plantão. Já em Bom Jesus da Lapa, nos 10 dias de Romaria, a Instituição chegou a 902.

A DPE/BA coibiu a ação de dezenas de atravessadores – negociantes que exploram o tra-

balho de catadores de latinhas para vender o alumínio a empresas de reciclagem. Junto com o Ministério Público estadual, acompanhou a operação da Prefeitura de Salvador que apreendeu cerca de uma tonelada de material clandestino no circuito Dodô, na Barra.

De acordo com a defensora pública Fabiana Miranda, a atuação em equipe foi essencial para minimizar a exploração do trabalho infantil e as condições precárias a que catadores não cooperativados estão submetidos, como a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e o baixo valor recebido pelo quilo do reciclável.

Outro destaque no período carnavalesco foi a intensa defesa penal: a DPE/BA deu assistência em 70% dos flagrantes registrados. Também fez diligências em 34 estabelecimentos de segurança pública, entre centrais de flagrantes, postos policiais e delegacias do adolescente infrator e de atendimento à mulher.

A Unidade Móvel deu suporte à atuação dos defensores(as) e servidores(as) nas três festividades.

Carnaval



Micareta de Feira



Romaria Bom Jesus da Lapa



Cannabis: tabu quebrado



Pela atuação positiva na área, a Defensoria foi convidada a discutir a regulamentação da substância na Bahia em audiência pública na Assembleia Legislativa

Longe dos preconceitos, a Defensoria é uma das instituições na vanguarda do debate acerca do uso medicinal da Cannabis Sativa – nome científico da maconha. A atuação defensorial tem quebrado tabus e em 2019 garantiu, por meio de ação judicial, que uma mãe com um filho diagnosticado com autismo severo tivesse autorização para plantar a erva e produzir de maneira artesanal o óleo de cânhamo, medicação que gerou melhora significativa nos sintomas.

O caso aconteceu em fevereiro de 2019, em Porto Seguro, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda proibia o uso para estes fins. Embora tivesse a autorização da agência reguladora para o uso do óleo desde 2016, a família estava com dificuldades financeiras para arcar com a importação.

A Anvisa regulamentou o uso da Cannabis para fins medicinais em dezembro de 2019. Medicamentos à base da substância não podiam ser vendidos no Brasil, apenas importados. Agora o produto pode ser comprado nas farmácias sob prescrição médica.

Em 2018, a Instituição também havia conseguido o tratamento para uma criança com microcefalia que chegava a apresentar 30 convulsões diárias, em Vitória da Conquista. A Justiça determinou que o Estado e o Município fornecessem o óleo. Também em Conquista, em 2015, a DPE/BA garantiu o direito em um caso semelhante a uma criança de três anos com epilepsia.

Nudem: base forte para mulheres baianas há 10 anos



Apresentação cultural no seminário "Conquistas, desafios e resistência," que comemorou os 10 anos do Nudem

Estatísticas apontam que o Brasil é o quinto país com a maior taxa de feminicídio do mundo. Os dados, divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), revelam ainda que quando se trata de feminicídio contras mulheres negras, o número de assassinatos é ainda maior. Nos anos de 2003 a 2013, por exemplo, o Mapa de Violência da OMS registrou um acréscimo de 54% nas mortes dessas mulheres.

Para ir na contramão dessas estatísticas e desconstruir o machismo, a misoginia e o preconceito - alguns dos principais fatores que influenciam para o aumento da violência de gênero -, a DPE/BA atua com seu Núcleo Especializado na Defesa da Mulher (Nudem), prestando assis-

tência às mulheres para que seus direitos não sejam violados.

Vinculado à Especializada de Direitos Humanos, o Núcleo completou dez anos de existência em 2019 e é referência em atendimentos desse segmento. Como instrumento de resgate da cidadania feminina, o trabalho do Nudem se desenvolve a partir de serviços de orientação jurídica, educação em direitos, ajuizamento de ações como execução de alimentos, divórcio, dissolução de união estável, guarda, acompanhamento nas audiências, requerimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha e o encaminhamento para a rede de proteção.

Conquistas, desafios e resistência

Para quem tem como diferencial o trabalho humanizado, completar uma década de existência é um marco para se comemorar. Para fazer valer essa conquista, a Defensoria trouxe nos 10 anos do Nudem palestras e atividades repletas de protagonismo feminino. Com o tema *Conquistas, desafios e resistência no enfrentamento à violência de gênero*, o seminário promovido pelo Núcleo debateu as possíveis causas dos crimes contra as mulheres e avaliou a atuação do Nudem ao longo dos anos.

A defensora que coordena a Especializada de Direitos Humanos, Eva Rodrigues, ressalta a importância de celebrar um grupo que tanto fez em prol das mulheres. “Nesses dez anos de atuação, muitas mulheres foram auxiliadas para lidar com a violência e se sentiram protegidas

com o nosso serviço. É sempre válido relembrar as conquistas: a ampliação do Núcleo, os projetos e convênios desenvolvidos, as atividades de propagação da Lei Maria da Penha e as desenvolvidas em parceria com as diversas instituições e organismos da rede de proteção”, expôs.

Em 2020, a coordenadora reafirma o compromisso da Defensoria em continuar alcançando mais mulheres, com mais ações. “Uma das novas atribuições que já está prevista é o projeto com mulheres nas comunidades. Em parceria com a DPU, a ideia é realizar rodas de conversas com movimentos sociais e sociedade civil sobre violência de gênero diretamente onde elas residem”, adianta Eva. Pelo visto, nos próximos anos, a Defensoria e a população baiana terão muito mais para celebrar.

Futebol sem distinção de gênero



A torcida da Defensoria não faltou durante a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019. Para valorizar mulheres no esporte, durante os horários dos jogos (transmitidos pela primeira vez em TV aberta), a Instituição suspendeu o expediente para que o corpo funcional pudesse assistir. Serviços essenciais e atendimentos de urgência foram mantidos.

A medida buscou assegurar a isonomia constitucional em relação à igualdade de gênero: em 2018, a Defensoria acompanhou a Copa do Mundo de Futebol Masculino. Para a coordenadora da Especializada de Direitos Humanos, Livia Almeida, essa atitude é importante para inspirar outras instituições a fazerem o mesmo. “Precisamos acabar com a ideia de que futebol é coisa de homem. Quando o esporte feminino ganha visibilidade, já é uma forma de se começar a dissipar preconceitos”, informou.



Dignidade no cárcere

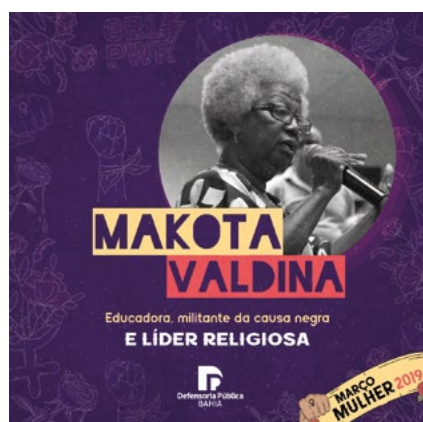
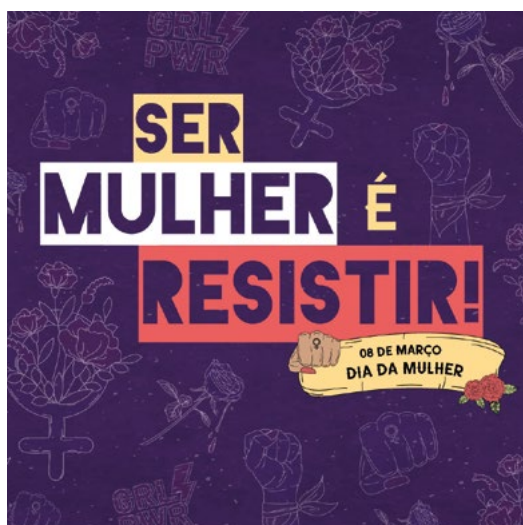
Em alusão ao Dia da Mulher, as internas do Presídio Regional de Paulo Afonso tiveram a dignidade reconhecida pela DPE/BA em um dia de muita interação. Como forma de valorização do gênero feminino, a Instituição levou para as detentas lanches e materiais de higiene feminina – uma das faltas mais recorrentes nos presídios femininos brasileiros.

A ação contou com a participação de diversos funcionários da DPE/BA em Paulo Afonso, como defensores, servidores, assistente social, estagiários, colaboradores da copa e motorista. Todos com o objetivo de reforçar a importância da mulher na sociedade, independente do local que ela esteja.

Unidade móvel reforça atendimento no Março Mulher

Entre várias ações que foram realizadas pela Defensoria no mês da Mulher, a Unidade Móvel da DPE/BA reforçou o atendimento do Nudem e levou os serviços da Defensoria para mais perto dos moradores do subúrbio ferroviário de Salvador. Foram dezenas de atendimentos realizados em parceria com a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM). A defensora pública Viviane Luchini, que atua no Nudem, explicou o motivo da ação integrada. “Este é o caminho que a mulher em situação de violência doméstica costuma percorrer: primeiro registra o boletim de ocorrência na DEAM e, em seguida, é encaminhada para o atendimento jurídico na Defensoria Pública, que adota todas as medidas cabíveis”, frisou.





No Março Mulher 2019, a Defensoria Pública homenageou mulheres de garra. Mais de 51 mil pessoas foram alcançadas com a campanha nas redes sociais da Instituição

Programa de estágio para autistas é destaque nacional



Equipe da Defensoria e do Projeto Fama durante entrega de premiação do Prêmio Innovare 2019

Estagiários autistas, seus familiares e equipe da Defensoria e Projeto Fama



Embora ainda pouco entendido pela população, o autismo tem sido discutido com maior intensidade ultimamente. Por ser caracterizado pela dificuldade de comunicação e interação social que causa aos que nascem com ele, o distúrbio neurológico torna-se um obstáculo às oportunidades de trabalho.

Em 2019, o Estágio Especial para jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desenvolvido de forma pioneira em parceria com o projeto Fantástico Mundo Autista (Fama), foi reconhecido nacionalmente, com destaque no Prêmio Innovare de Justiça, dezembro, em Brasília; e no Congresso Nacional de Defensores Públicos, novembro, no Rio de Janeiro.

Como vanguardista, a Defensoria da Bahia revolucionou e mostrou que incluir essas pessoas no mercado de trabalho é possível e neces-

sário para o desenvolvimento delas. Atualmente sete adolescentes com autismo fazem estágio supervisionado nas dependências da Instituição, em Salvador.

“A primeira vez que ele ficou fora dos meus olhos foi na Defensoria”, relata a mãe de um dos estagiários, Agnaldo dos Santos, mostrando a confiança na equipe que acolheu e oportunizou o aprendizado e a interação para o filho. Já a mãe de Ítalo Sales avalia que o seu garoto está mais comunicativo, curioso e interativo após integrar a Instituição.

O Estágio Especial foi pensado pelas defensoras públicas Donila Ribeiro Fonseca, Firmiane Venâncio, Gisele Aguiar e pelo defensor público Gil Braga. A iniciativa também pretende motivar outras instituições a abrirem espaço para replicação do modelo.

Direitos assegurados aos mais vulneráveis



Mesmo não possuindo unidade nas comarcas de Coronel João Sá e Pedro Alexandre - cidades do norte baiano que sofreram inundações com o rompimento de barragens em julho de 2019 -, a DPE/BA moveu-se de imediato para identificar as necessidades de centenas de famílias que ficaram desalojadas. Foi solicitado aos órgãos competentes verba assistencial para os afetados, cestas básicas, a reconstrução das moradias,

o ingresso em benefícios assistenciais como o bolsa-família e o restabelecimento da barragem - fonte de renda para moradores. Em setembro, em conjunto com a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa estadual, acolhendo ao pedido do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a Instituição voltou para fazer o diagnóstico da situação e segue acompanhando as demandas.



Empoderamento de pessoas em situação de rua

O projeto *Advocacy Pop Rua* capacitou e colocou como protagonistas da própria história dezenas de pessoas em situação de rua ao instruí-las e encorajá-las a conhecerem e lutarem por seus direitos. Uma série de eventos nos meses de maio e junho trouxe oficinas, cursos e palestras com presença de lideranças de movimentos sociais de população de rua para minimizar as vulnerabilidades desse grupo.

Nova Van Pop Rua

A DPE/BA, que foi a primeira Defensoria a ter uma van exclusiva para atuação com pessoas em situação de rua, renovou os votos com essa população carente disponibilizando um novo veículo para o Núcleo Pop Rua, que mantém equipe itinerante que leva serviços defensoriais diretamente a ela. “São pessoas que não tem recursos e conhecimento para nos procurar, vir até nós. O trabalho não seria possível sem uma equipe atuando permanentemente nas ruas”, comenta a defensora pública que conduz o núcleo, Fabiana Miranda.



Dia dos Catadores - Mãos que Reciclam

Em 2019, a Defensoria aproximou-se mais ainda dos catadores de materiais recicláveis. Além do plantão do Carnaval, em que se destacou a atuação defensorial em prol desse grupo, as unidades da DPE/BA em Vitória da Conquista e em Amargosa, por meio do programa “Mãos que Reciclam”, realizaram atividades lúdicas para comemorar o dia dos catadores (07 de junho) e cristalizar o relacionamento de cuidado e confiança que já há entre eles e a Instituição.



Consignado: idoso indenizado por abuso financeiro

A DPE/BA em Vitória da Conquista conseguiu anular um empréstimo consignado com juros abusivos, que anualmente chegariam a 987%, contratado por um idoso de 88 anos não alfabetizado com uma empresa de crédito pessoal. O valor mensal cobrado equivalia a mais da metade da renda dele. A sentença judicial determinou a devolução em dobro dos encargos cobrados, além de uma indenização por danos morais.



Atuação na área de família é intensificada



Com a visibilidade que a DPE/BA vem ganhando, a demanda em áreas naturalmente muito procuradas aumenta, como é o caso da procura por atendimento na área de família. Devido ao alto contingente, a Defensoria passou a planejar estratégias que viabilizassem a redução do tempo de espera para esses atendimentos e criou o *Mutirão de Atendimentos de Família*.

Iniciado no segundo semestre de 2019, a ação teve o objetivo de dar entrada e encaminhamento às ações de Direito de Família aos assistidos previamente agendados, além de possibilitar a celeridade dos processos, permitindo a ocorrência de novos agendamentos e a antecipação de novos atendimentos.

Ao todo, foram cinco mutirões realizados entre os meses de julho a novembro, um por mês. Por meio deles, a Defensoria garantiu que aproximadamente 250 assistidos agilizassem

suas demandas. De acordo com a coordenadora da Especializada de Família, Tatiane Ferraz, o tempo de espera chegou a ser reduzido em um mês. “Foram cerca de 50 atendimentos realizados a cada dia de mutirão. Quem procurava agendamento por meio da Central de Relacionamento do 129 só encontrava vaga muito tempo depois”, informou.

Para a dona de casa Mirian Ferreira, assistida da DPE/BA que na época aproveitou a oportunidade para solucionar o problema de pensão do marido, o sentimento é de gratidão pela ação. “Quando eu já nem tinha mais esperanças, recebi um telefonema da Defensoria para antecipar meu agendamento e ir lá. Agora tudo já está dando certo e estou muito feliz. Queria que a Defensoria estivesse em todos os lugares, ajudando a nós, que não temos condições de pagar um advogado e acabamos cheios de problemas”, informou emocionada.



Unidade Móvel atendeu na zona rural de Juazeiro da Bahia.

É chão! Unidade Móvel aumenta atendimentos no estado

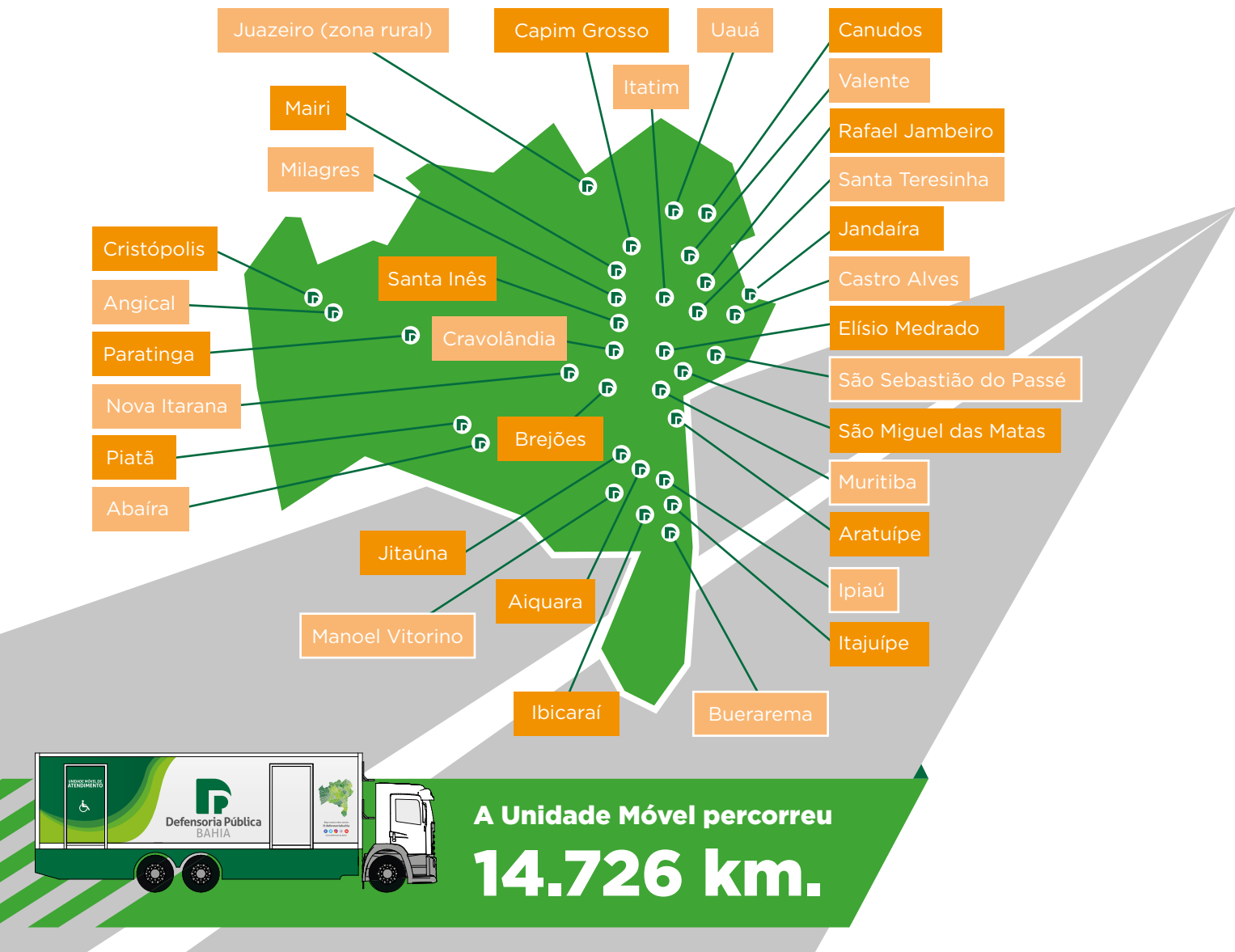
Mesmo com a chegada defensorial a mais comarcas nos últimos anos, ainda há um longo caminho a percorrer para que seja amenizada a carência de acesso à justiça na Bahia, que é o 4º estado com maior número de municípios no Brasil. Em 2019, a DPE/BA intensificou as visitas da Unidade Móvel de Atendimento - que leva direitos a locais onde não há atuação fixa da Instituição - com a adoção da sistemática de atender por mais dias, acrescentando no roteiro municípios próximos entre si.

Antes, era comum a equipe itinerante atender um município por semana, normalmente às terças,

quartas e quintas-feiras. O deslocamento entre a capital e o destino era feito às segundas e sextas (ida e volta). Com o novo planejamento, o caminhão da Defensoria Pública começou a pegar estrada no domingo, voltar no sábado, e atender em média três municípios durante a semana.

O resultado foi um acréscimo, em 2019, de 252% no número de atendimentos em relação ao ano anterior. Nos 39 municípios que a Instituição visitou, 13.528 pessoas foram alcançadas: oito mil a mais que os 32 visitados em 2018.

Comarcas visitadas



Atuações excepcionais

Santo Amaro

Amargosa

Feira de Santana

Bom Jesus da Lapa

São Francisco do Conde

Salvador

Além da programação normal, a UMA deu reforço a várias atividades da Defensoria no interior e na capital, fortalecendo a atuação com mais defensores e servidores.

Atividades na maior estação de transbordo da Bahia



Para estabelecer interlocução com mais pessoas, em 2019 a Defensoria conquistou a Estação Nova Lapa, em Salvador, onde transitam 400 mil pessoas diariamente. Com as ações promovidas no maior terminal de transbordo do estado, a DPE/BA mostrou a cara, convidou o público a conhecer a Instituição e levou serviços defensoriais para muitos que sequer sabiam que poderiam contar com assistência jurídica gratuita.

Foram duas posses populares de novos defensores públicos (quando a sociedade civil

legitima simbolicamente o ingresso daqueles que farão a sua defesa jurídica), um mutirão para adequação de nome e gênero de pessoas trans e um mutirão para atendimentos gerais, em comemoração à Semana da Defensoria.

Para o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes, ocupar os espaços populares mantém a proximidade com o povo. “A Defensoria não tem que ficar nos gabinetes. Ela funciona no meio da população”, enfatiza.



Orçamento participativo segue consultando a população



Cidadãos de diversas comarcas onde a Defensoria atua puderam opinar sobre as áreas de maior necessidade para a DPE/BA aprimorar em 2020

Defensoria rima com democracia. Pelo quinto ano consecutivo, a DPE/BA buscou o aval do povo para poder aplicar melhor os recursos institucionais e melhorar a atuação em áreas identificadas por ele como de maior necessidade. Em 2019, o Orçamento Participativo bebeu no conhecimento de causa de centenas de baianos por meio de conferências públicas organizadas em 11 comarcas e de questionário disponibilizado *online* e nas sedes da Instituição.

Os maiores pleitos populares foram a proteção à mulher em situação de violência (12,2%); a ampliação do acesso à Defensoria Pública (11,5%); o fortalecimento do diálogo com o poder público para garantir serviços a grupos vulnerabilizados (10,5%); a proteção às crianças e adolescentes (8,4%); e a atuação para assegurar serviços de saúde quando negados ao

cidadão (7,9%). O maior já está sendo atendido: A DPE/BA ampliou a atuação na área da mulher em Itabuna, Salvador e Vitória da Conquista.

A partir da consulta à sociedade, a Defensoria obteve aumento de 17,2% do orçamento. A verba será destinada à continuidade do processo de interiorização, a fim de levar mais defensores públicos aos rincões do estado. De acordo com o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes, com mais membros será possível deixar mais robusto o trabalho defensorial nos setores que o povo requisitou.

Para 2020, estão previstas aberturas de unidades em municípios que a DPE/BA ainda não atua e a ampliação de ações itinerantes que levam atendimento aos locais mais necessitados, onde a Instituição ainda não tem condições de estar definitivamente.

Vitória da Conquista



Santo Antônio de Jesus



Ilhéus



Itabuna



Feira de Santana



Paulo Afonso



Paripiranga



Teixeira de Freitas



Barreiras



Juazeiro



Salvador



Laços sociais fortalecidos com educação, cultura e arte



A Defensoria acredita na educação como transformadora social e na arte como forma de se relacionar com a sociedade. Por isso, tem investido em dialogar com as novas gerações por meio de projetos que levam debate e reflexão sobre temas que impactam a vida das pessoas.

Como a necessidade de investir em educação em direitos foi muito apontada nas conferências públicas do Orçamento Participativo em 2018 e em 2019, a instituição intensificou as ações em prol da educação, na capital e no interior.

Entre eles, o projeto *Direitos Humanos nas Escolas*, cujo objetivo é levar aos alunos de escolas públicas de Salvador a oportunidade de debater sobre racismo, gênero, diversidade, violência contra a mulher e masculinidade tóxica. A ação visitou os colégios Centro Estadual de Educação Anísio Teixeira e o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, alcançando aproximadamente 1.500 jovens e adolescentes.

Para a professora de filosofia Nathalia Laoturco, que ensina no Anísio Teixeira, é importante esses estudantes entenderem que têm direitos e que o respeito é uma obrigação deles enquanto cidadãos. Segundo ela, os temas discutidos são a realidade dos alunos e de suas famílias. “Trabalhamos com adolescentes que são periféricos; então eles passam por um processo de vulnerabilização social muito grande, e a gente sabe o quanto são vitimados nesses aspectos e em outros”, expôs a professora.

O sucesso foi tão grande que, segundo a coordenadora da Especializada de Direitos Humanos Livia Almeida, a ideia é que o projeto chegue a muitas outras escolas públicas nos

próximos anos. “O resultado superou todas as nossas expectativas em relação à receptividade e a troca de experiências. A ideia agora é poder formar parceria com a Secretária de Educação em 2020 para poder levar o projeto ao máximo de colégios possíveis”, comentou.

Em Serrinha, as ações educativas da DPE/BA levaram conhecimento sobre os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em encontros nos colégios públicos da cidade, com atividades lúdicas e rodas de conversas. Já em Juazeiro, com o projeto “Escola Cidadã”, o diferencial foi as atividades de orientação em direitos se estenderem também para os pais de alunos da rede pública, em busca de fortalecimento da mediação e conciliação de conflitos.

“Queremos mostrar à sociedade a importância da Defensoria Pública na construção do regime democrático, na promoção dos direitos humanos e na defesa dos direitos e interesses dos grupos vulneráveis, como é o caso da criança e do adolescente”, relatou o coordenador da 5ª Regional – Juazeiro, André Cerqueira.

Gincana ecológica - Mãos que Reciclam



Em Vitória da Conquista a DPE/BA promoveu uma gincana voltada à reciclagem na Escola Mozart Tanajura, por meio do programa Mãos que Reciclam. A disputa entre equipes fomentou a discussão sobre o meio ambiente, além de aprimorar a cidadania ambiental, com responsabilidade individual e coletiva. As provas incentivaram especialmente a coleta seletiva, arrecadando cerca de 48 mil embalagens de material reciclável. “Os alunos aprenderam sobre a preservação do meio ambiente e exercitaram a competitividade de forma respeitosa”, comentou a vice-diretora da escola, Márcia dos Santos. Segundo ela, a iniciativa foi importante e bem recebida por todos. A equipe do Mãos que Reciclam tem trabalhado intensivamente na Educação em Direitos e ambiental, em escolas e universidades públicas e particulares.

O direito alcança personagens historicamente injustiçados

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 confere universalidade ao direito de defesa. Essa garantia é de todos. A Defensoria Pública da Bahia leva tão a sério esse dispositivo constitucional, que, por meio da série *Júri Simulado – Releitura do Direito na História*, tem resgatado direitos com simbolismo, garantindo justos julgamentos a personagens da história nacional que, à época, não puderam exercer com plenitude a prerrogativa de todo acusado: o contraditório e a ampla defesa.

Com três anos de existência e oito edições já realizadas, o *Júri Simulado* reescreve a história dos injustiçados. Já foram julgadas figuras importantes para a Bahia e o Brasil como Luíza Mahin; Zumbi do Palmares; Índio Caboclo Marcelino (Ilhéus); Cuíca (Santo Amaro); Carlos Marighella; Lucas da Feira (Feira de Santana); Manuel Faustino - um dos líderes da Revolta de

Búzios - e até a Lei Áurea. Na série, defensores públicos representam o tripé da Justiça (defesa, acusação e julgamento) e atores são convidados a assumir o papel do réu.

O projeto é um sucesso. Nos três últimos julgamentos, realizados em 2019, plateias lotaram com um público variado, desde estudantes do ensino médio até professores e profissionais já formados em áreas diversas como Direito e História.

“Não se promove a educação e os direitos se não encontrarmos formas de dialogar com a população. Esse projeto tem como grande qualidade permitir discussões de forma lúdica. E um dos objetivos é mostrar a rica cultura da Bahia e que, como a história é contada pelos ‘vencedores’, normalmente os heróis populares não têm direito de mostrar a sua versão”, elucidou o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes.

Júri Simulado Carlos Marighella (Salvador, fevereiro)



Carlos Marighella foi o primeiro a ter defesa garantida em 2019. Militante, deputado federal, poeta e guerrilheiro, ele foi absolvido no julgamento, realizado no Teatro Vila Velha, em Salvador. Morto há 50 anos em uma emboscada por agentes do Estado, ele era um dos principais organizadores da resistência contra o Regime Militar de 64, considerado o inimigo número um da ditadura.

Ao final, o público conheceu mais da história com a palestra do jornalista Mário Magalhães, autor do livro *Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo*. “A Defensoria ofereceu um julgamento. Isso tem envergadura histórica. Durante toda a sua vida não teve direito a sequer um julgamento justo”, comentou Mário.

Júri Simulado Lucas da Feira (Feira de Santana, Setembro)

Quem caminha pela Praça do Nordestino, em Feira de Santana, pode não saber que Lucas Evangelista, o Lucas da Feira, foi enforcado ali há 170 anos. *Robin Hood* do sertão, escravo fugitivo em luta pelo abolicionismo ou apenas um assaltante aterrorizando o povo? Isso já não importa. A população feirense teve oportunidade de ver o julgamento deste personagem da história, que hoje está simbolicamente livre após ser absolvido por quatro votos contra dois no Júri Simulado da DPE/BA.

A mestre em História Regional e Local, Eliane de Jesus Costa, avalia que essa releitura traz uma esperança que a luta antirracista não seja só da população negra. “É uma luta da socie-

dade brasileira, uma postura de quem entende que a questão racial não entra como recorte, mas é principal na nossa história”, afirmou.



Júri Simulado Manoel Faustino (Salvador, Novembro)



Encerrando o Júri Simulado de 2019, Manoel Faustino (um dos líderes da Revolta dos Búzios) teve seu direito de plena defesa assegurado pela DPE/BA depois de 220 anos. Ele e os demais líderes negros foram absolvidos do ‘crime’ de conduzir um movimento de libertação. Conhecida como Revolta dos Alfaiates, ocorreu em 1798, quando o país era uma colônia portuguesa e foi marcada pelo caráter antiescravagista, republicanista e emancipacionista.

“A Revolta não foi um momento desatinado, uma rebeldia sem causa, mas uma consequência das situações de injustiça vivenciadas nas reali-

dades mais concretas e sutis. Surgiu da própria realidade opressora que ela desejava modificar guiada pela ideia eterna, universal e transcendente de justiça social e racial. Os revoltados devem ser considerados autênticos heróis”, arguiu a sentença que concedeu liberdade a Faustino.

O simbólico e histórico julgamento ocorreu em comemoração ao Novembro Negro, no teatro da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em Salvador.



O acesso à cultura é emancipatório e tem a ver com a razão da Defensoria. A cultura tem essa capacidade de amplificação e é importante que possamos promover a consciência na sociedade de que existe uma instituição para nos defender.



Márcio Meirelles, gestor cultural e ex-secretário da cultura

O cinema imita a vida



Sala Walter da Silveira, do cinema da Biblioteca do Estado, durante o debate sobre o filme Democracia em Vertigem

O cinema é uma das maneiras mais dinâmicas de retratar histórias da vida real. Além de entreter, filmes são grandes aliados em gerar debate e conhecimento. Partindo desse viés, e com a proposta de democratizar o audiovisual para seus assistidos e para alunos da rede pública, a Defensoria iniciou o *Cine Debate*, que estimula o pensamento crítico com filmes atuais, populares, que dialogam com as novas gerações.

Quatro obras foram repercutidas na sala de cinema Walter da Silveira, da Biblioteca Central do Estado, em Salvador: *Eu não sou um homem fácil*; seguido de *Auto de Resistência*; *Democracia em vertigem* e *Ditadura nunca mais*. Elas oportunizaram discussões sobre o machismo; as vio-

lações e abusos letais das forças de segurança pública com a juventude negra; a crise no cenário político brasileiro, que teve como fio condutor o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff; e o Regime Militar de 1964.

Presente na exibição do *Democracia em vertigem*, o ex-ministro da Justiça e advogado de Dilma Rousseff durante o impedimento, José Eduardo Cardozo, revelou que o filme põe em alerta aqueles que acreditam no processo de democratização do país pós-ditadura militar.

“Democracia é algo que se tem que zelar permanentemente, que não se pode cochilar, ou o cachimbo cai. Exige permanente vigilância e diálogo com o corpo social”, ponderou Cardozo.

Caminhando com a sociedade civil



Posse popular da ouvidora-geral Sirlene Assis marcou a continuidade de um diálogo aberto entre Defensoria e povo

A participação popular é elemento indispensável para a emancipação social e para a garantia de justiça aos que mais precisam. E para que isso seja possível, a DPE/BA conta com sua principal ponte com o povo: a Ouvidoria Cidadã. Em 2019, foram renovados os votos com a sociedade civil com a posse da ouvidora-geral, Sirlene Assis.

Assistente social e ativista dos direitos humanos e do movimento negro, Sirlene foi eleita por maioria dos votos populares na eleição

para a Ouvidoria e teve o nome confirmado pelo do Conselho Superior da Instituição.

Sua posse popular lotou o auditório do Centro Cultural da Câmara de Vereadores e foi marcada por discursos de lideranças de movimentos sociais, que apontaram para um sistema de justiça como o povo precisa: aberto, democrático, popular. “Meu papel é fazer com que a Defensoria se torne, cada vez mais, ferramenta de igualdade, de democracia e de acesso à justiça”, declarou Sirlene Assis.

Uma década de luta

O ano de 2019 também marcou a primeira década de existência da Ouvidoria Externa - quando uma pessoa de fora da Instituição assume o posto de ouvidor. Com uma trajetória pautada pela incorporação de bandeiras políticas defendidas pelos movimentos sociais, como enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à LGBTFobia, e ao genocídio da juventude negra, as comemorações dos 10 anos foram marcadas por arte, diálogo e resistência.

Foi lançado o novo site do órgão; uma revista comemorativa que detalha sua trajetória; além de realizada uma audiência pública no Parque São Bartolomeu, festivais culturais, e dado início ao projeto *Ouvidoria Pé na Estrada*, que a leva para ouvir a população no interior. De acordo com a ouvidora-geral, Sirlene Assis, os eventos foram mais do que comemorações, foram atividades de prestação de serviço ao povo.

Em defesa do Parque São Bartolomeu



Audiência pública no Parque São Bartolomeu

A Defensoria Pública promove constantemente audiências públicas para debater e alinhar estratégias para sanar as necessidades da população. Uma delas foi a audiência pública realizada no Parque São Bartolomeu no mês de comemoração aos 10 anos da Ouvidoria. Com o tema

Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Religioso e Natural, a audiência debateu o futuro do Parque, levando em consideração os impactos socioambientais, como poluição das águas, ocupações e desmatamento, além de identificar melhorias para a infraestrutura do local.

Habitação popular



Audiência pública sobre direitos da população em situação de rua

A Defensoria, em parceria com os conselhos de Engenharia e Agronomia e de Arquitetura e Urbanismo da Bahia, dialogaram com a sociedade civil sobre a implementação da assistência técnica gratuita e pública na habitação social para a população de baixa renda. O encontro mostrou o quanto as pessoas que moram nas chamadas zonas de riscos precisam de profissionais para construir, reformar ou ampliar suas casas e evitar que os alagamentos e deslizamentos de terra as atinjam.

“As audiências públicas são locais de articulação entre os agentes institucionais e os movimentos sociais. Estamos abrindo espaço para que as pessoas mostrem suas realidades, suas ideias e proposições para que, juntos, construamos um meio para garantir essa assistência”, expôs a defensora Alexandra Soares, que atua no Núcleo Fundiário da DPE/BA.

A população de rua também pôde apresentar seus pleitos em audiência marcada por

relatos de agressões, más condições e maus tratos nas ruas e em casas de acolhimento. Com presença expressiva do Movimento Nacional de População de Rua/Bahia, pessoas nessas condições reivindicaram respeito, vida digna e direitos garantidos. A DPE/BA também tem se deslocado diretamente às ruas para conversar com esse público e atender as suas necessidades.



Audiência pública sobre assistência à habitação social

Diálogo com o poder público

A natureza do processo democrático é o diálogo racional, consensual e a civilidade, independente do ponto de onde se enxerga a política. Seja mais à esquerda ou mais à direita, para alcançar o seu público-alvo, a Defensoria tem pautado suas ações na transversalidade. Pensando na necessidade de a população ter os direitos protegidos, a política de aproximar-se das diversas esferas do Poder e articular-se com lideranças políticas norteou a busca pelo crescimento institucional em 2019.

Com visitas ao Congresso Nacional, à Assembleia Legislativa do Estado, ao secretariado executivo do Governo da Bahia e a gestores de municípios no interior, a Administração Superior da Instituição conseguiu o apoio de líderes de partidos, presidentes de comissões temáticas legislativas e prefeitos para o crescimento institucional.

Uma das medidas que garantiu que a necessidade de crescer fosse amplamente conhecida pelos agentes políticos foi a criação, em 2019, da primeira Assessoria de Relações Interinstitucionais, ocupada pelo ex-deputado estadual e ex-secretário de Estado, José Álvaro Gomes Fonseca.

Responsável por buscar o fortalecimento da Defensoria, a assessoria aumenta a interlocução com os Poderes, identifica pontos de convergência e avalia estratégias para que a instituição seja reconhecida nas tomadas de decisão do Governo e do Parlamento baiano.

Defensores públicos em todo o estado também imbuíram-se do espírito democrático e abriram diálogo com prefeituras e câmaras municipais a fim de resolver os problemas dos assistidos mais rapidamente, de maneira extrajudicial, sem sobrecarregar a Justiça.



Apresentado na Casa Legislativa em audiência pública, em maio, pelo defensor-geral, o Plano de Expansão da DPE/BA mostrou o quanto a população baiana precisa de acesso à justiça. O apoio para o crescimento institucional foi amplamente declarado pelos representantes do povo



O estudo da DPE/BA que analisou todas as audiências de custódia no estado foi apresentado em audiência convocada pela comissão de direitos humanos e segurança da Assembleia Legislativa



Gratidão foi o que legislativo dos municípios de Paripiranga e Ribeira do Pombal demonstrou com a chegada da DPE/BA nas comarcas em abril de 2019. Com moções de aplausos, as Câmaras de Vereadores avaliaram a Instituição como essencial para aquelas localidades. “Representa uma grande conquista/avanço na defesa das populações carentes”, diz trecho do documento

Parcerias firmadas

Bahia e Vitória: Defensoria na Torcida

Arpen e TJBA: Gratuidade nos cartórios para pessoas trans

Arpen: Acesso à central nacional de informações de registro civil

Fundac: Lugar de Fala/Abraçando Vidas

Amab: Capacitação defensores e magistrados

Prefeituras: Instalação de sedes da DPE em Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas e Santo Estêvão

TJBA e CNJ (interinstitucional): Formulário identificação de riscos à mulher em violência doméstica

MPBA e MPT (interinstitucional): Ampliação de oferta de cursos profissionalizantes

Unimed/Planserv: Acordos para resolver situações de saúde extrajudicialmente

FALA GESTÃO

Defensoria é presença no interior da Bahia

Uma das marcas institucionais em 2019 foi a firmeza no propósito de deslanchar a Defensoria baiana para o interior, para ser presença junto aos cidadãos. A DPE/BA alcançou cinco novas comarcas, com a instalação de sedes nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Nazaré, Paripiranga e Ribeira do Pombal, que juntos somam cerca de 309 mil habitantes. A proposta, segundo o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes,

é continuar se expandindo em 2020: Camacan, Ipiaú, Luís Eduardo Magalhães, Santo Estêvão e Seabra são algumas das comarcas previstas para ganhar unidade defensorial neste ano. Nazaré, que antes tinha assistência garantida pela unidade de Itaparica, agora tem equipe própria de defensores públicos. A Emenda Constitucional 80, de junho de 2014, determina que até 2022 haja defensor público em todas as comarcas.

Comarcas alcançadas

	2014	2015	2018	2019
Comarcas	24	24	34	45
Defensores públicos	266	279	338	367

A recessão e as dificuldades orçamentárias vividas pelo país impulsionaram a Instituição a utilizar novos métodos para contornar a indisponibilidade de recursos e estender os serviços para mais localidades. O sistema de substituições cumulativas começou a ser utilizado pela primeira vez na DPE/BA, aprovado pelo Conselho Superior em junho de 2019.

Ele permite que o defensor público acumule atribuições para atuar em mais comarcas (que antes não poderia, já que era vinculado exclusivamente àquela a qual é titular) e atenda em dias da semana pré-estabelecidos nos Fóruns ou locais conveniados. Tribunais de Justiça e Ministério Público também usam essa sistemática

para alcançar mais municípios. Inicialmente, essa atuação abrange apenas a área criminal/penal.

Para o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes, com a maior oferta de serviços quem ganha é a população. Segundo ele, não há diferença de qualidade nos serviços prestados nas cidades em que a atuação é feita em substituição, se comparado àquelas onde há sede própria da Defensoria.

Amélia Rodrigues, Buerarema, Cachoeira, Nazaré, Itacaré, Poções e Sobradinho foram os primeiros municípios que passaram a contar com os serviços da DPE/BA por meio da substituição cumulativa.

Inaugurações de novas comarcas

Paripiranga



A unidade em Paripiranga, que funciona no Small Shopping da Faculdade Uniages, foi inaugurada em 25 de fevereiro de 2019

Bom Jesus da Lapa



Após mais de 20 anos sem atuar em Bom Jesus da Lapa, a DPE/BA voltou ao município com a inauguração da sede, em 26 de junho de 2019

Cruz das Almas



Cruz das Almas ganhou pela primeira vez uma unidade da Defensoria da Bahia, inaugurada no Fórum, em 24 de julho de 2019. Na data, foi celebrado convênio com a Prefeitura, que doou terreno para a construção de uma sede própria

Ribeira do Pombal



Ribeira do Pombal também recebeu uma unidade da DPE/BA, em 26 de setembro de 2019, passando a contar com os serviços da Instituição pela primeira vez.

Conceição do Coité

Com a inauguração da unidade em Conceição do Coité, em 17 de outubro de 2019, a população já pode procurar os serviços defensoriais no Fórum da comarca.



Ganho em infraestrutura, ganho em qualidade de serviço

Com o investimento em melhorias infraestruturais, a Defensoria segue cumprindo o seu Plano Estratégico e oferecendo mais qualidade no ambiente de trabalho para os membros da Instituição, refletida no aprimoramento

dos serviços para o povo. Em 2019, a DPE/BA fez 16 inaugurações, entre novas unidades, reformas e mudanças para sedes ampliadas e mais estruturadas.

Itapetinga



Após mais de 10 anos atuando em Itapetinga, a DPE/BA saiu das dependências do Fórum e ganhou sede independente, no centro da cidade, com acessibilidade para pessoas com deficiência (10/01)

Eunápolis



Com a inauguração da sua sede própria na cidade de Eunápolis, a DPE/BA ganhou mais autonomia e a população, um espaço mais adequado (16/01)

Casa de Direitos Humanos



A Defensoria entregou à população de Salvador uma sede integralmente dedicada à proteção e garantia dos direitos humanos, com acessibilidade e sinalização em braille (22/01)



Amargosa



A população da cidade de Amargosa passou a contar com uma nova sede da Defensoria, com padrões de acessibilidade. A Instituição anteriormente funcionava no Fórum da Comarca (19/02)

Feira de Santana



Em Feira de Santana a Defensoria mudou-se para uma nova sede, no centro da cidade, maior e mais acolhedora para servidores e usuários dos serviços (21/02)

Casa Cível e Fazenda Pública



A Defensoria inaugurou a 1ª etapa da Casa da Defensoria Cível e Fazenda Pública, em Salvador, seguindo a proposta de melhorar a infraestrutura nas áreas mais demandadas (27/02). A unidade também tem sinalização em braille

Ilhéus



Também houve mudança de endereço na comarca de Ilhéus, que ganhou uma sede ampliada e acessível (28/02)

Jacobina



Com a presença do governador da Bahia e agentes do legislativo, a DPE/BA inaugurou nova sede em Jacobina, maior, mais acessível e melhor localizada (12/09)

Nazaré



O município de Nazaré, que já contava com a cobertura de defensores(as) que atuam na sede de Itaparica, ganhou uma unidade local, que funciona no Fórum Edgard Matta (18/12)

Expansão e organização

A equipe gestora da Defensoria manteve diálogo contínuo com agentes da administração pública em 2019, apontando a importância de a população baiana ter mais acesso à justiça. O Plano de Expansão da Defensoria foi amplamente apresentado a agentes políticos que representam o povo nas esferas municipais, estaduais e federais.

Com o aumento de comarcas e unidades em 2019, a necessidade de organização da estrutura administrativa tornou-se mais evidente e, com o apoio do Conselho Superior da DPE/BA, deu-se início às melhorias.

Novas regionais administrativas implementadas



Um grande passo na concretização do Plano de Expansão institucional. Em sessão histórica, o Conselho Superior aprovou o aumento das regionais da DPE/BA, que saltaram de seis para 13.

A descentralização da administração permitiu mais desenvoltura do trabalho no interior do estado, deu mais produtividade para as equipes e qualidade de serviço para a população.

“Era necessário que o interior imprimisse mais suas perspectivas, participasse das discussões estratégicas, do planejamento e das tomadas de decisões. É um salto que fez a visão da Instituição ser mais plural e sensível para identificar e enfrentar os problemas de cada localidade”, comentou o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes.

Para ele, a medida foi fundamental também para corrigir distorções administrativas que dificultavam a gestão do trabalho. Um dos exemplos era a unidade de Barreiras, antes coordenada pela administração de Ilhéus, a quase 1.000 km de distância. Hoje, a Região Oeste é uma Regional da Defensoria, com sede administrativa em Barreiras.

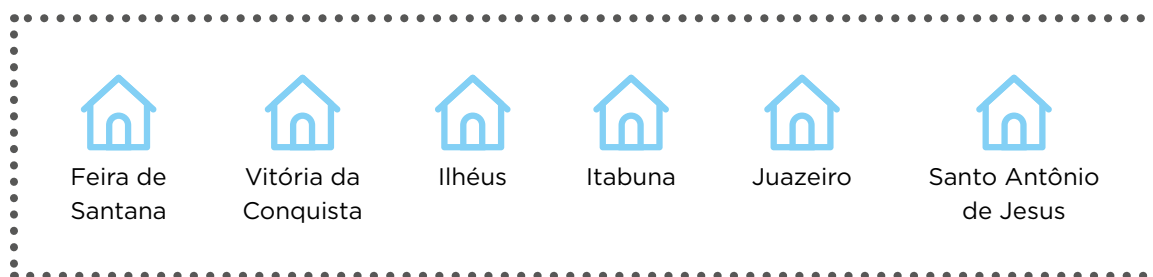
Outro exemplo é Paulo Afonso, antes gerida pela coordenação da 1ª Regional, sediada em

Feira de Santana, 348km distante. A terra das hidrelétricas também tornou-se sede de regional em 2019.

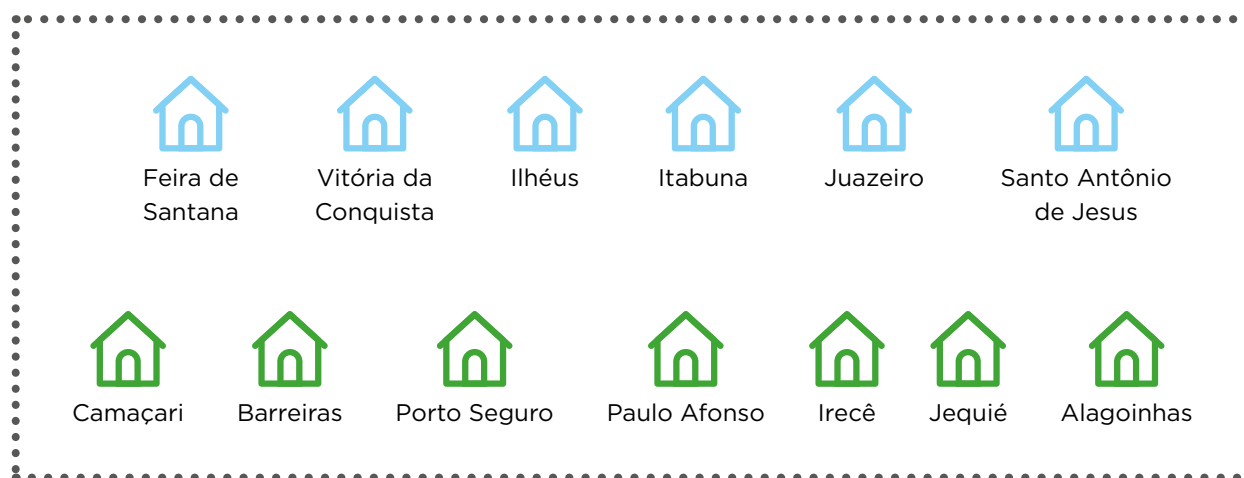
Rafson ressalta ainda que as novas regionais levam 40% dos cargos administrativos da DPE/BA para o interior. Até 2015, este número era de apenas 16%.

O Plano de Expansão da Defensoria Baiana prevê uma regional em cada um dos 27 territórios de identidade na Bahia, conforme o número de defensores públicos, que chegou a 367 em 2019 (atualmente, há 380). Quando ultrapassar 550 membros, terá condições para estar em todos os territórios. O aumento está previsto na Lei Complementar LC 46/2018, que atualizou a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia (LC 26/2006).

Sedes regionais 2018



Sedes regionais 2019



12ª Regional (Jequié) 30/08



Em Jequié foi inaugurada a primeira das cinco novas regionais que a DPE/BA implementou em 2019, tornando-se a 12ª unidade regional administrativa. A nova matriz foi instalada para abranger o território Médio Rio de Contas. A unidade de Jequié esteve por mais de 10 anos vinculada à Regional sediada em Itabuna. É coordenada pela defensora pública Yana Melo e alcança o município de Ipiáú

7ª Regional (Camaçari) 19/09



A Regional Metropolitana de Salvador, 7ª unidade administrativa da DPE/BA, era uma das mais aguardadas por gestores e pelo corpo funcional da Instituição. Foi implementada em setembro, com sede em Camaçari. Vinculam-se a ela, inicialmente, os municípios de Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho e Itaparica. É coordenada pelo defensor público Daniel Soeiro

13ª Regional (Alagoinhas) 03/10



O município de Alagoinhas tornou-se sede da 13ª Regional da DPE/BA, implementada para abranger o território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano. As unidades de Alagoinhas e de Esplanada desmembraram-se da regional de Feira de Santana para integrar a nova matriz administrativa, coordenada pela defensora pública Camile Moraes

11ª Regional (Irecê) 10/10



Antes vinculada à 5ª Regional, com sede em Juazeiro, a 360km de distância, a unidade da DPE/BA em Irecê ganhou o status de 11ª Regional, chancelando a presença da Instituição no território de identidade Irecê. Gerencia também a unidade de Itaberaba, que antes integrava a 4ª Regional, com sede em Itabuna. A defensora pública Ana Luísa Silveira é a coordenadora da nova matriz

8ª Regional (Barreiras) 22/10



O Oeste Baiano tornou-se a 8ª Regional da DPE/BA. Inicialmente, a unidade administrativa tem a atribuição de gerenciar os serviços defensoriais em Barreiras, Bom Jesus da Lapa e em Luís Eduardo Magalhães (prevista para ser inaugurada em 2020). Antes, a unidade de Barreiras era gerida pela administração da Defensoria em Ilhéus. É a defensora Laís Nunes Sambuc quem coordena a nova Regional

9ª Regional (Paulo Afonso) 31/10



Antes ligada à 1ª Regional, com sede em Feira de Santana, Paulo Afonso tornou-se sede da 9ª Regional da DPE/BA, marcando a presença defensorial no território de identidade Itaparica. Responsável por administrar os serviços nas comarcas de Euclides da Cunha, Paripiranga, Paulo Afonso e Ribeira do Pombal, a nova matriz é coordenada pela defensora pública Bruna de Carvalho

10ª Regional (Porto Seguro) 12/12



A instalação, em dezembro, da Regional da Costa do Descobrimento, sediada em Porto Seguro, fechou o ciclo de interiorização da administração da DPE/BA, iniciado em 2019. É a 10ª das 13 regionais existentes e administra as unidades de Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, antes vinculadas à administração da DPE em Itabuna. O coordenador é o defensor público José Renato Bernardes

Mais defensores públicos na Bahia



Em 2019, tomaram posse 29 defensores públicos para atuar no interior da Bahia

A luta para nomear os defensores públicos aprovados no *VII Concurso de Defensores da Bahia* (2016) prossegue. O ano de 2019 foi encerrado com um saldo de 367 membros na carreira defensorial, com a chegada de mais 29 aprovados, que passaram pelo curso de formação e foram designados para atuar no interior da Bahia.

Em cinco anos, a Instituição ganhou novo fôlego com a chegada de novos defensores públicos. Alguns deles preencheram vagas abertas por aposentadorias e pelo desligamento

de alguns membros, que optaram por migrar para outras carreiras jurídicas.

Segundo o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes, a previsão em 2020 é dar seguimento ao projeto de expansão institucional. “Vamos ter mais defensores e mais servidores, vamos abrir novas comarcas também e continuar o caminho de crescimento, de valorização da Defensoria, de quem atua nela e de quem precisa dela. Isso é valorizar também a nossa população”, afirma o gestor.

Investimento no 2º Grau



Com a chegada de mais defensores nas classes iniciais e o aumento da oferta de serviços é natural que cresça também o volume de interposição de recursos ao Judiciário. O investimento feito pela DPE/BA no aprimoramento da Instância Superior nos últimos anos visou qualificar mais o trabalho de proteção integral aos direitos do cidadão, que vai desde o primeiro até o último grau.

Reforçando a política de valorização do trabalho recursal, a Instituição criou a Especializada da Instância Superior, com a perspectiva de manter o serviço mais organizado e fluindo melhor. Duas defensoras públicas assumiram a coordenação do setor nas duas grandes áreas recursais, Rita Orge (Penal) e Carla Guenem (Cível).

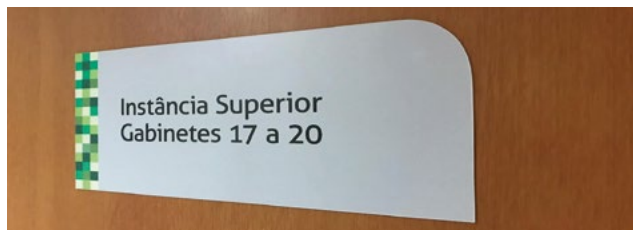
Mais defensores na Instância Superior

Para dar mais vazão ao trabalho no Segundo Grau, o Conselho Superior da Defensoria Pública aprovou a criação de cinco novas unidades defensoriais na Instância Superior, que agora conta com 35 membros.

As defensoras públicas Alda Monteiro, Cristiana Falcão, Firmiane Venâncio, Janaína

Canário, Lêda Conceição e o defensor público Clériston de Macêdo ascenderam na carreira e chegaram para dar fôlego recursal nas áreas Cível, Família, Registros Públicos, Fazenda Pública, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Crime, Júri, Execução Penal e na Secretaria Especial de Recursos.

Coordenação superior penal



Em 2019, foram entregues as novas instalações da Instância Superior na sede do CAB

A DPE/BA é responsável pela defesa de cerca de 90% dos casos que chegam às Câmaras Criminais do TJBA. Na fase recursal penal, atua em processos de toda a Bahia, inclusive de comarcas onde não há defensor.

Conforme a coordenadora penal da Instância Superior, Rita Orge, isso acontece porque muitos advogados abandonam o processo no segundo grau e a Defensoria assume a defesa. Para ela, somado à melhoria de infraestrutura, a criação das coordenações da Instância resultou em grande melhora na organização do trabalho.

“ No TJBA tínhamos apenas 10 gabinetes para 23 defensores, as salas eram pequenas, quase não cabiam estagiários. Hoje, são 35 membros na Instância, 17 na área penal e 18 na cível, alocados em 20 gabinetes amplos,

lembraram as coordenadoras da Instância Superior ”

Orge destaca que foi implementado um novo sistema de distribuição de processos, que permitiu divisão mais equitativa do trabalho e redução da sobrecarga. E agora os defensores reúnem-se em grupo de estudo que debate as mudanças legislativas penais e a atuação defensorial diante delas. Em 2020, os defensores farão, pela primeira vez, mutirões nos presídios para atender as famílias e esclarecer as dúvidas.

Coordenação superior cível

Na área não-penal, um dos destaques foi a ampliação da interlocução com os defensores das instâncias iniciais, o que segundo a coordenadora superior cível, Carla Guenem, permitiu mais efetividade nos encaminhamentos de assistidos e o acompanhamento individualizado dos processos, principalmente os da área de saúde e as demandas coletivas mais urgentes.

Com o trabalho coordenado, os defensores da área cível criaram um grupo de atuação estraté-

gica para fortalecer o trabalho junto aos desembargadores do TJBA. Conforme Carla Guenem, os defensores da área, ainda, reúnem-se mensalmente para discutir temas de maior relevância e elaborar enunciados que permitam uniformizar internamente os entendimentos da atuação defensorial. Além disso, foi criado um banco de dados com petições que auxilia os membros da carreira no trabalho recursal.

Novas coordenações especializadas

As melhorias em gerenciamento de trabalho também alcançaram áreas que acumulavam muita demanda. A Defensoria dobrou o número de coordenadores das Especializadas Criminal

e de Execução Penal (agora a defensora Fabíola Pacheco conta com o reforço do defensor Maurício Saporito), Proteção aos Direitos Humanos (Eva Rodrigues e Lívia Almeida) e Cível e Fazenda Pública (Ariana de Souza e Fábio Pereira).

Sustentação oral no STF



Um momento histórico para a Defensoria baiana. Pela primeira vez, a Instituição fez uma sustentação oral perante o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, em maio de 2019, quando defendeu que pessoas reclusas em regime aberto possam votar.

A defesa foi feita pelo defensor-geral, Rafson Ximenes, no âmbito do Recurso Extraordinário (RE) 601182, em que o STF avaliou a constitucionalidade do exercício de direitos políticos por um cidadão condenado em Betim/MG pelo uso de carteira de habilitação falsa.

“A pessoa condenada não é privada de todos os seus direitos, apenas dos estritamente necessários para ação punitiva do Estado”, sustentou Rafson Ximenes. Para o defensor-geral, a pena deve ser um processo educativo e buscar adequação aos valores sociais: o voto é um deles.

O processo do RE 601182 transitou em julgado em novembro de 2019, mas a Suprema Corte decidiu que a limitação do direito político, prevista no artigo 15 da Constituição Federal, se aplica também ao regime aberto. O caso tem repercussão geral.

Por respeitar o preso como sujeito de direitos, em anos eleitorais a DPE/BA tem conseguido autorização do Judiciário para que votem. Os presos provisórios do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador, e dos conjuntos penais dos municípios de Serrinha e Valença, tiveram esse direito em 2018.

Sustentação oral na Bahia

A Especializada da Instância Superior da DPE/BA também tem investido na sustentação oral perante o Tribunal de Justiça baiano como forma de aumentar as chances de defesa da população. A coordenação do Segundo Grau designou um defensor público - Érico Novais

Pena - para fazer as defesas na área cível. Na área penal, está à revelia do próprio membro designado para atuar no processo sustentar ou não, conforme achar pertinente. Segundo a coordenadora Rita Orge, aos poucos o setor está evoluindo na temática.

Tribunais superiores



Após instituir uma unidade de representação em Brasília, em 2017, enviando dois membros para acompanhar de perto os processos dos assistidos nos Tribunais Superiores, a DPE/BA designou, em 2019, um defensor público com dedicação exclusiva para isso. Antes, os defensores acumulavam as funções de sua titularidade com o serviço na capital federal.

Entre as atribuições dos defensores em Brasília estão o acompanhamento diário dos processos nas Cortes Superiores e das intimações eletrônicas, a elaboração de recursos, a sustentação oral e a participação em sessões de julgamentos do STJ e do STF. Também, a atuação estratégica nas atividades de política institucional. Um dos exemplos desse tipo de atuação é o ingresso como *Amicus Curiae* (Amiga da Corte) em processos de interesse da DPE/BA.

A representação da DPE/BA em Brasília recebeu 3.513 intimações eletrônicas do STJ entre outubro de 2017 e dezembro de 2019. Relatório feito pela defensora Hélia Barbosa, que atuou na cidade, aponta que 95% dos recursos que chegam ao Tribunal são da esfera penal, contra 5% da cível.

Além do STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) também ouviu o posicionamento da DPE/

BA, que solicitou Habeas Corpus em dois casos em que o Judiciário baiano decretou prisão preventiva para “garantia da ordem pública”. O defensor público Hélio Soares, que representa a DPE/BA nos Tribunais, fez sustentação oral no STJ e em um dos casos garantiu que um cidadão - réu primário com residência fixa e acusado de tráfico de drogas - respondesse o processo em liberdade, com votação unânime da Sexta Turma.

Para Hélio Soares, a defesa oral soma-se ao processo judicial como um momento ímpar para exercer a empatia e convencer aqueles que julgam, ambientando-os melhor à real situação dos assistidos da Defensoria Pública. “Conseguí sensibilizar um dos julgadores que pediu vistas do processo e deu voto favorável à tese da defesa. Fez perguntas para esclarecer as suas dúvidas no momento do julgamento pela turma”, explicou Hélio, mostrando a importância da sustentação para obtenção de resultados positivos nas decisões.

Ele acredita que a presença permanente da DPE/BA nos Tribunais Superiores favorece um ambiente de confiança e credibilidade junto aos ministros, já que é possível pontuar aspectos jurídicos e sociais relevantes dos recursos durante a apresentação de memoriais e sustentações na tribuna.

Economia e sustentabilidade

Com o intuito de utilizar melhor os recursos e racionalizar os gastos, a DPE/BA tomou medidas em 2019 que representaram uma economia nos gastos institucionais de 34,4% (cerca de 400 mil reais) entre os meses de agosto e dezembro de 2019, comparado ao gasto médio de janeiro a maio do mesmo ano. O resultado foi consequência da portaria publicada em julho, que convocou as unidades na capital e interior do estado a reduzir o consumo com energia, água, telefone, serviços postais, entre outros.

Uma medida fundamental para o sucesso na economia foi trabalhar em regime de “turnão” às sextas-feiras, começando o trabalho às 8h e encerrando às 14h, com pausa de apenas 15 minutos para almoço. Nos demais dias da semana, a redução em meia hora do tempo de descanso para sair meia hora mais cedo (às 17h) também contribuiu para a redução.

Conforme o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes, o fluxo de trabalho nas sextas à tarde é bem menor que nos demais dias e a economia pela baixa de consumo nas horas finais do expediente garante o fluxo de crescimento da Instituição e a eficiência administrativa.

“Constatamos com a Coelba que as tarifas de luz aumentam muito próximo à noite. Para alavancar a Defensoria, além da colaboração de todos, precisamos utilizar os recursos com inteligência. É necessário adequar e equilibrar as despesas às receitas”, comentou Rafson Ximenes.

As mudanças foram acompanhadas de uma campanha interna denominada “Gastando menos, seremos mais” para estimular a colaboração de defensores, servidores e estagiários da DPE/BA ao consumo consciente, incentivando práticas como utilizar luz natural em vez de ligar lâmpadas, quando for possível; fazer ligações de fixo para fixo, ou de celular para celular; optar por videoconferências para economizar diárias e passagens; entre outros.


Defensoria Pública
BAHIA

Gastando menos, seremos mais

Como todas as instituições no país, a Defensoria Pública do Estado da Bahia precisa adequar e equilibrar suas despesas às receitas e garantir a eficiência administrativa no cumprimento da missão institucional. Isso exige a adoção de medidas de racionamento em todas as unidades, na Capital e no Interior.

Ar-condicionado

- Ligar os aparelhos a partir do início do expediente e desligá-los até 30 minutos antes do encerramento.
- Ao ligar o aparelho, manter as portas e janelas fechadas, evitando o desperdício do ar climatizado e garantindo a circulação do ar.
- Manter a regulação dos termostatos do aparelho em 23°C ou em 50% do botão de giro do termostato.
- Nos dias frios ou no inverno manter o aparelho desligado ou apenas ventilando.
- Otimizar o uso do aparelho, evitando utilizá-lo após às 18h.

Iluminação

- Desligar as lâmpadas das salas que não estiverem em uso, principalmente nos horários de almoço e no encerramento do expediente.
- Manter desligadas as lâmpadas das dependências desocupadas, bem como a iluminação ornamental interna e externa.
- Priorizar a utilização de luz natural, sempre que possível.

Computadores

- Programar o computador para entrar em modo de espera após cinco minutos sem uso e em modo hibernação, após 15 min.
- Desligar o monitor, a caixa de som, o microfone e outros acessórios, nas ausências temporárias à mesa de trabalho.
- Desligar os computadores e impressoras, inclusive seus estabilizadores ou filtros de linha, ao final do expediente.

Elevadores

- Prefira as escadas para subir ou descer poucos andares.
- Acionar apenas um elevador.



ÁGUA

- O (a) gestor (a) de cada unidade, deverá adotar, monitorar e fiscalizar as instalações hidráulicas quanto a vazamentos ou gotejamento de torneiras, comunicando à Coordenação de Serviços Administrativos para proceder os reparos necessários.



TELEFONE

- A realização de chamadas devem ser exclusivamente referentes ao serviço, estando vedadas as chamadas particulares.
- Ligações intermunicipais e interestaduais devem ser feitas pelo código DDD (31) da concessionária Oi.
- Dar preferências às ligações de telefone fixo para outro fixo.
- Quando possível, priorizar as comunicações por e-mail e aplicativos de mensagem (Telegram, WhatsApp, etc.).



IMPRESSÕES

- Antes de imprimir, avaliar se o documento é indispensável.
- Redobrar os cuidados com a formatação e configuração da impressora.
- Priorizar a impressão frente e verso, em preto e branco (sem fundo) e no modo Rascunho Rápido.
- Selecionar apenas o trecho que se interessa imprimir, quando possível.
- Utilizar papel de rascunho.
- Usar a fonte de texto “Garamond” para uma impressão mais econômica.



Responsabilidade socioambiental

Pessoas em situação de pobreza são as principais vítimas dos efeitos de desastres ambientais e do desrespeito ao ecossistema. Com a missão de nortear a atuação da Defensoria da Bahia nos casos em que as populações vulnerabilizadas têm relação direta com o meio ambiente, a Instituição estabeleceu uma política de responsabilidade socioambiental, em dezembro de 2019, tornando-se a primeira entre as Defensorias estaduais a fazer gestão nessa área. A ideia é ampliar para toda a Instituição as ações já desenvolvidas em algumas unidades.

É o exemplo do programa Mãos que Reciclam, criado pela unidade de Vitória da Conquista e que colabora com o equilíbrio ambiental à medida que presta assistência jurídica e capacita famílias de catadores de materiais recicláveis para terem mais autonomia e emancipação financeira. Com a política, o trabalho do Mãos que Reciclam - que também atua levando educação em direito ambiental a escolas, facul-

dades, condomínios e empresas - será potencializado para alcançar cada vez mais comarcas.

Para concretizar essa missão, nasceu o pioneiro Núcleo de Gestão Ambiental (Nugam). Segundo a defensora pública que o coordena, Kality Gonzaga, ele terá como atividade fundamental a elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos da DPE/BA e implantar da coleta seletiva na Instituição. Com um foco preventivo, além de prestar orientações, o núcleo também levará educação ambiental por meio de eventos.

De acordo com o defensor-geral da Bahia, Rafson Ximenes, o momento vivido pede cada vez mais empenho para que o desenvolvimento chegue com sustentabilidade, sem desperdício e má utilização dos recursos. “Fazendo uma coleta de lixo e um descarte adequado, temos o potencial de criar oportunidades para o público da Defensoria e, principalmente, para sermos exemplo”, declara.

Inovação e tecnologia

Adequada à inevitável realidade do universo digital, a Defensoria tem investido cada vez mais em modernizar o aparato tecnológico, mantendo-se atualizada e avançando no aprimoramento

de ferramentas que otimizam o serviço e facilitam o ofício do corpo funcional da Instituição.

Primeiro Diário Oficial é criado para dar mais autonomia



Agora é OFICIAL!

Defensoria Bahia tem seu
DIÁRIO ELETRÔNICO
diario.defensoria.ba.def.br



Em 1º de maio de 2019 a Defensoria Pública publicou a primeira edição do seu Diário Oficial Eletrônico (DOE), um marco histórico para a autonomia institucional. Disponível na página inicial do *site* da Defensoria, o veículo oficial concedeu maior transparência aos atos de gestão.

Cerca de cinco meses após a criação, o DOE chegou à centésima edição, publicada em 27 de setembro. Foi através da nova ferramenta que 29 novos defensores públicos que tomaram posse a partir do segundo semestre de 2019 puderam ver seus nomes oficializados como membros da Instituição.

Na palma da mão



A DPE/BA tem ampliado gradativamente as formas de acesso à Instituição. Após implantar o *Agendamento Online* - que proporcionou a marcação diretamente pelo site institucional - a Defensoria estendeu, em 2019, o serviço para que as pessoas agendem através de *smart-phones*. Disponível inicialmente apenas para sistemas Android, para beneficiar-se do recurso é preciso baixar na *Play Store* o aplicativo (app) Defensoria Pública BA.

De acordo com o coordenador de Modernização e Informática da DPE/BA, Thales Almeida, o investimento nesse tipo de tecnologia traz mais conveniência e conforto para o assistido, que pode acompanhar a solicitação de agendamento pelo próprio *app*. “Hoje, a maioria da população tem celular. Além da facilidade de agendar em qualquer lugar, também diminuimos o trabalho para os atendimentos presenciais e por telefone”, avalia.

“Não tem mais aquela contramão de sair cedo de casa e pegar fila, senha e voltar para casa para ser atendido depois. Agora tudo pode ser feito na palma da mão: é só agendar e a Defensoria te atende no horário exato”, aprovou o mecânico de refrigeração e usuário dos serviços institucionais Dilton Junior Vieira Silva, 27.

Criado em 2015, o *app* já obteve mais de 5 mil downloads nas versões para os sistemas Android e iOS, onde encontram-se informações como quem pode ser atendido pela DPE/BA, quais as áreas de atuação, locais onde possui sede, com seus endereços e respectivos números, além de informações para acesso à Ouvidoria Cidadã.

O número geral de agendamentos online (via smartphone, PC e tablet) aumentou cerca de 69% de 2018 para 2019, soltando de 13 mil para quase 23 mil marcações virtuais.

Investimento em tecnologia da informação



Tecnologia significa aumento de produtividade. Uma das marcas da DPE/BA em 2019 foi aprimorar as ferramentas virtuais de trabalho que defensores e servidores utilizam no dia a dia para dar mais agilidade. O Sistema Integrado de Gestão e Atendimento (Sigad) - onde é feito o cadastro de assistidos, de atendimentos, a triagem e o acompanhamento de processos - foi uma das plataformas que foram otimizadas para oferecer melhor desempenho, organizar dados e gerar estatísticas.

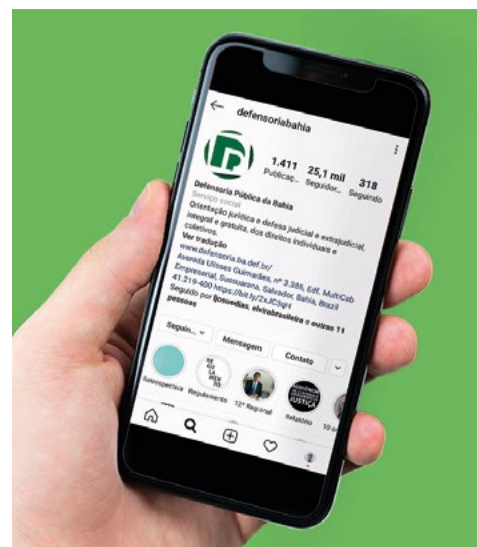
Dentro do Sigad, os recursos de observatórios implementados no último ano puxam automaticamente os dados de sistemas informáticos como o da própria DPE e de instituições como o Tribunal de Justiça da Bahia, permitindo em tempo real a apuração dos resultados por meio dos gráficos gerados. Os observatórios de Saúde, do Consumidor e de Execução Penal, por exemplo, congregam estatísticas sobre maiores

demandas nas três áreas, os perfis dos assistidos e o número de ações movidas.

“A partir do trabalho da equipe de analistas de dados, nossa meta é oferecer uma análise mais profunda, auxiliar na elaboração de prognósticos e colaborar com as decisões estratégicas tomadas pela direção da Instituição”, declara o coordenador de informática Thales Almeida.

Um dos novos instrumentos aprimorados foi o *Painel do Defensor*, que tem permitido um melhor controle de processos e tarefas, além de gerar relatórios e oferecer, a partir de uso de algoritmos, modelos de petição de modo automático. De acordo com Thales Almeida, a Defensoria está trabalhando para em 2020 implementar o uso de inteligência artificial (quando a máquina consegue aprender, de acordo com os dados que recebe), automatizando ainda mais os processos de atendimento.

Comunicar para crescer



A comunicação com o público é essencial para tornar os serviços da Defensoria mais conhecidos e, conseqüentemente, despertar nas pessoas o interesse em buscar defesa qualificada para combater violações de direito. Comunicar significa tornar comum.

Assim, por entender o caráter democrático e inclusivo dessa partilha de informações e enxergar a área como estratégica para valorizar pessoas e alcançar os fins institucionais, a DPE/BA investiu em ampliar o setor da Assessoria de Comunicação. Com isso, tem potencializado a missão constitucional de promover educação em direitos e dado mais transparência às atividades e aos atos de gestão.

Com uma equipe composta por jornalistas, designers, produtor audiovisual, administradores, cerimonialistas, e estagiários, o setor tem alçado a DPE/BA ao mostrar com clareza a importância da Defensoria para a população. Somente em 2019, com a intermediação dos assessores, mais de 1.538 matérias sobre ações e atividades defensoriais foram publicadas nos mais variados veículos de comunicação de toda a Bahia, desde as notícias na tv em horário

nobre às notas informativas no rádio nos municípios do interior.

As atividades nas mídias sociais também foram intensificadas. Através dos canais Defensoria Bahia, são divulgadas as ações institucionais e respondidas dezenas de dúvidas diariamente. As postagens no Facebook e no Instagram apareceram nas telas de computadores e *smartphones* das pessoas mais de 1 milhão de vezes. O destaque é do “Insta”, que em um ano dobrou o número de seguidores, saltando de 12 mil para 24 mil de janeiro a dezembro de 2019.

Outro destaque foram as campanhas institucionais: As ações cidadãos *Sou Pai Responsável* e *Ame e Adote*, além da Semana da Defensoria estiveram estampadas em outdoors colocados nos principais corredores da cidade, busdoors em linhas que rodam por toda Salvador e nas redes sociais. De acordo com a coordenadora de comunicação da DPE/BA, Vanda Amorim, este ano de 2020 a Defensoria pretende aproximar-se mais ainda da população com um novo produto: o podcast da Defensoria, que trará temas sociais atuais e relevantes com o olhar sensível, jurídico e especializado da Instituição.

Produtos editoriais para educação em direitos

O trabalho de educação em direitos desenvolvido pela DPE/BA ganha reforço a cada ano com a publicação de materiais que levam conhecimento sociojurídico para a população. Com a ideia de servirem como guia para os cidadãos, foram lançadas cinco cartilhas em 2019 com temas sobre direitos humanos, diversidade sexual, ato infracional, abordagem policial e direitos das pessoas com deficiência, com uma tiragem total de 75 mil exemplares.

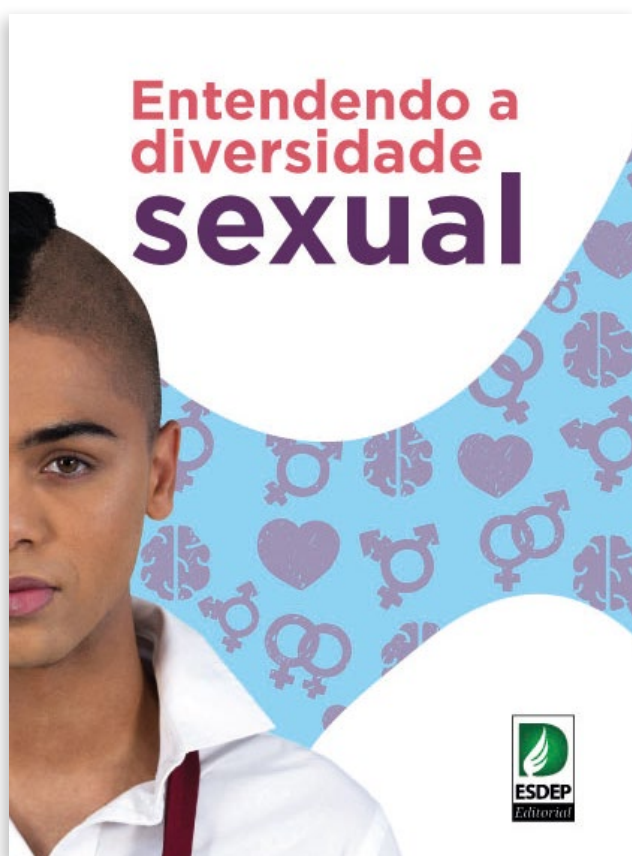
As páginas trazem conceitos, dicas, terminologias e orientações sobre os temas abordados,

com autoria de defensores públicos, servidores e estagiários da própria DPE/BA. Já o projeto gráfico e a coordenação editorial e de produção ficam sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação (Ascom) da Instituição.

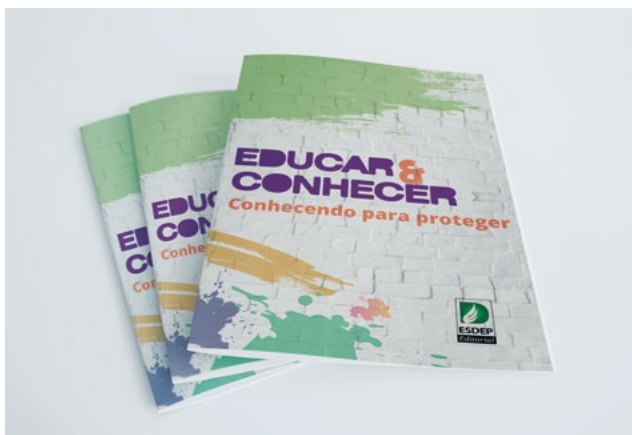
As publicações contam com o Selo ESDEP Editorial e, além das versões impressa e digital, uma delas - a cartilha das pessoas com deficiência - ganhou versão em audiodescrição e braile. Todos os produtos editoriais podem ser acessados no site www.defensoria.ba.def.br.



Material didático que traz jogos, quiz, caça-palavras e labirintos, para facilitar o entendimento de crianças e jovens sobre os direitos humanos e sobre a atuação da DPE nesta área



Apresenta significados e explicações sobre os principais termos ligados ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis), como identidade de gênero, orientação sexual e outras terminologias



Conta com orientações às famílias dos adolescentes sobre como devem agir quando eles são apreendidos por suspeita de prática de ato infracional, além de destacar o passo a passo da apreensão, da internação, da semiliberdade, da liberdade assistida e da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Mostra o que diz a lei sobre abordagem na rua, em casa e na delegacia, o uso de algemas, como o cidadão deve se portar diante destas abordagens. Explica também como denunciar em caso de atos praticados por policiais e guardas municipais que podem ser considerados como crime



Direcionada às pessoas com deficiência, familiares e a quem atua na área de proteção, a publicação informa sobre os direitos, as formas de garanti-los e as instituições que podem ajudar neste processo. Completamente acessível, conta com versões impressa e digital, além de uma versão no formato videobook, com audiodescrição e tradução em Libras feito pelo intérprete Uerbson Coutinho, da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada Bahia). Em 2020, será lançada a versão em braille. O vídeo está disponível no canal YouTube Defensoria Bahia



Escola Superior ensina, capacita e une pessoas

A Escola Superior da Defensoria (Esdep) não leva o nome de escola à toa. O local se tornou um espaço tanto para o compartilhamento de conhecimento e experiências quanto para a interação com a sociedade, democratizando para o público o ensino de temas multidisciplinares, jurídicos e sociais por meio de cursos, oficinas, reuniões, simpósios, fóruns, além das práticas de formação.

Somente em 2019, a Esdep promoveu 85 atividades e recebeu mais de 6.300 participantes, entre público interno da DPE/BA e o público externo. Sediou audiências, a Conferência do Orçamento Participativo, o *Seminário para recordar e refletir os 51 anos do AI-5* e impulsionou eventos em datas como o dia do Orgulho LGBT e dia da Consciência Negra. Foi espaço, ainda, para cursos como o de multiplicadores

de assistência psicossocial para pessoas em situação de rua, desenvolvido pelo Núcleo Pop Rua. Os cursos promovidos pela Escola são gravados e disponibilizados no *Youtube*, no canal Defensoria Bahia.

Segundo a defensora pública e diretora da Esdep, Soraia Ramos, é a contínua capacitação das equipes que permite à Defensoria oferecer serviço de qualidade. “Temos os melhores profissionais, seja pelos nossos cursos ou pelas parcerias, como a que celebramos com a UFBA, que nos permitirá oferecer mestrado em Segurança Pública e Direitos Humanos para os defensores”, afirmou.

Além de qualificar os profissionais para oferecer serviço de excelência, conforme Soraia Ramos, a Escola segue aberta em 2020 para acolher as pautas oriundas da sociedade civil.

Formação de novos defensores públicos



A Esdep é também o ponto de partida para defensores públicos recém-empossados. Com todo aparato da Escola, eles passam pelo curso de formação, dividido em aulas teóricas e práticas, que dá uma sequência lógica à aquisição de conhecimentos sobre a atuação da Defensoria Pública nas diversas áreas sociojurídicas.

O curso está em sua 24ª edição e é contínuo na formação dos defensores. Inicialmente, são três meses de aprendizado, quando os novos

defensores participam de diversas palestras, *workshops*, ações e atividades práticas, promovidas pela Esdep e pelas Especializadas da Defensoria, que dão a base de como é feito o trabalho da Instituição. “Após esse momento, eles passam a atuar nas comarcas e têm encontros a cada três meses. Ao final do estágio probatório, entregam materiais e relatórios obrigatórios que serão analisados pela Corregedoria”, explica a diretora da Esdep, Soraia Ramos.



Curso em gênero

A DPE/BA realizou a segunda edição do curso de formação continuada em gênero, sexualidade e direitos humanos. O curso foi voltado para defensores públicos, estagiários e servidores e teve como tema *Gênero e Interseccionalidades: identidade de gênero, sexualidade e direitos humanos*. A atividade foi promovida pela Especializada em Proteção aos Direitos Humanos com apoio da Esdep.



Curso de formação de estagiários de Direito

Os estagiários de Direito da DPE/BA também são beneficiados com os cursos de formação contínuos da instituição. Para eles, são promovidas palestras que abordam temas variados, como os desafios e limites do que é ser um defensor público; a atuação nas especializadas de família, civil e demais áreas; bem como oficina sobre processo civil. O curso objetiva tanto a integração como a complementação dos ensinamentos acadêmicos, para que os estagiários saiam da Defensoria como profissionais capacitados para exercer o trabalho jurídico.

Curso de formação de estagiários de nível médio

Os estudantes do ensino médio que estagiam na DPE/BA são constantemente capacitados com uma série de palestras que ampliam o conhecimento e os olhares sobre a fase em que se encontram. O curso de formação dialoga com eles sobre os desafios e oportunidades da juventude, dá novas perspectivas e também traz atividades lúdicas e de integração. Em 2019, por exemplo, os estagiários foram guiados ao Museu da Santa Casa de Misericórdia, em Salvador, num momento que somou cultura e entretenimento para eles.



Capacitação Pop Rua



Com o objetivo de formar multiplicadores de Direitos Humanos, o Núcleo Pop Rua vem capacitando profissionais que atuam na rede de serviços do Centro Histórico de Salvador em curso com temas transversais à população em situação de rua. Em 2019, a atividade teve uma carga horária de 72 horas.

Curso Saúde Mental/depressão



O tema saúde mental, mais atual do que nunca, é discutido uma vez por mês na Esdep com a equipe psicossocial da DPE/BA. De maio a outubro de 2019 foram 19 encontros, sendo 12 com servidores e 7 com defensores. As reuniões são realizadas na sala do Pop Rua.

Semana da Defensoria 2019

Com o tema “Democracia se faz com Acesso à Justiça” e uma extensa programação que levou aprimoramento de conhecimentos aos agentes institucionais e serviços para a população, a *Semana da Defensoria 2019* foi um sucesso. O já tradicional atendimento ao público para comemorar o 19 de maio (Dia da Defensoria) aconteceu na Estação de Metrô da Lapa. As ati-

vidades de integração e troca de experiências aconteceram no Hotel Deville, em Salvador, onde houve sessão solene de entrega das medalhas de honra ao mérito defensorial, reuniões temáticas, palestras, e até uma peça teatral - “Em Família”, da Companhia de Teatro Os Argonautas - que refletiu sobre direitos humanos, direitos familiares e previdenciários.



EXPEDIENTE

Defensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Subdefensoria Pública Geral

Pedro Paulo Casali Bahia

Corregedoria-Geral

Liliana Sena Cavalcante

Corregedoria-Adjunta

Isabel Cristina Souza Neves Almeida

Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

Coordenação Executiva das Defensorias Regionais

Walter Nunes Fonseca Júnior

Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

Soraia Ramos Lima

Ouvidoria-Geral

Sirlene Vanessa de Souza Assis

Assessoria do Gabinete da Defensoria Pública Geral

Andreza Priscila Pereira

Analeide Leite de Oliveira Accioly

Cynara Fernandes Rocha Gomes

Janaína Canário Carvalho Ferreira (2019)

Lucas Marques Luz da Ressureição

Marcelo dos Santos Rodrigues

Assessoria de Relações Interinstitucionais

José Álvaro Fonseca Gomes

Diretoria-Geral

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

DP Especializada de Família

Tatiane Franklin Ferraz Queiroz

DP Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

DP Especializada do Idoso

Laise de Carvalho Leite

DP Especializada Cível e de Fazenda Pública

Ariana de Sousa Silva Wanderley

Fábio Pereira dos Santos Guimarães de Aguiar

DP Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante

Eva dos Santos Rodrigues

Lívia Silva de Almeida

DP Especializada Criminal e de Execução Penal

Fabíola Marguerita Pacheco de Menezes

Maurício Garcia Saporito

DP Especializada da Curadoria Especial

Mônica Paula Oliveira Pires de Aragão

DPE Especializada da Instância Superior

Carla Guenem da Fonseca Magalhães

Rita de Cássia Moure Orge Lima

1ª DP Regional (sede Feira de Santana)

Liliane Miranda do Amaral

2ª DP Regional (sede Vitória da Conquista)

Jeane Meira Braga (2019)

José Raimundo Passos Campos (atual)

3ª DP Regional (sede Ilhéus)

Cristiane da Silva Barreto Nogueira (2019)

Leonardo Couto Salles (atual)

4ª DP Regional (sede Itabuna)

George Santos Araújo

5ª DP Regional (sede Juazeiro)

André Lima Cerqueira

6ª DP Regional (sede Santo Antônio de Jesus)

Carina Góes Silva

7ª DP Regional (sede Camaçari)

Daniel Soeiro Freitas

8ª DP Regional (sede Barreiras)

Laís Daniela Nunes Campos Sambuc

9ª DP Regional (sede Paulo Afonso)

Bruna de Carvalho Chaves Peixoto

10ª DP Regional (sede Porto Seguro)

José Renato Bernardes da Costa

11ª DP Regional (sede Jequié)

Yana de Araújo Melo

12ª DP Regional (sede Irecê)

Ana Luiza Novelli Silveira

13ª DP Regional (sede Alagoinhas)

Camile Lizandra Moraes de Santana

CONSELHO SUPERIOR

Biênio 2019/2021

Membros Natos

Rafson Saraiva Ximenes (Defensoria Geral)

Pedro Paulo Casali Bahia (Subdefensoria Geral)

Liliana Sena Cavalcante (Corregedoria)

Sirlene Vanessa de Souza Assis (Ouvidoria)

Elaina Borges de Sousa Rosas (Associação de Defensores Públicos da Bahia)

Membros Eleitos

Bruno de Moura Castro

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Gil Braga de Castro Silva

José Jaime de Andrade Neto

Lucas Silva Melo

Tereza Cristina Almeida Ferreira

Membros Suplentes

Diana Furtado Caldas Gonçalves

Felipe Silva Noya

João Carlos Gavazza Martins

Pedro de Souza Fialho

Tandick Resende de Moraes Júnior

Ussiel Elionai Dantas Xavier Filho

Vitória Beltrão Bandeira

Coordenação editorial e de produção – Assessoria de Comunicação Social DPE/BA

Editoração – Antonio Felix (Designer ASCOM – DPE/BA)

Jornalista Responsável – Vanda Amorim DRT/PE 1339

Produção – Lucas Fernandes

Revisão – Lucas Fernandes e Vanda Amorim

Textos – Ingrid Carmo DRT/BA 2499; Júlio Reis DRT/BA 3352; Lucas Cunha DRT/2944; Lucas Fernandes DRT/BA 4922; Rafael Flores DRT/BA 5951; Tunísia Cores DRT/BA 5496. Contribuição: Leilane dos Santos Teixeira (estagiária de jornalismo).

Fotos – Equipe Ascom/Humberto Filho/Secom Bahia/STF/iStock/

Projeto Gráfico – SLA Propaganda

Foto da capa – Humberto Filho

Impressão –

Tiragem – exemplares

Ascom/DPE – (71) 3117-9086/9087/9091; ascom@defensoria.ba.def.br

WhatsApp – (71) 99941-4495



Defensoria Pública
BAHIA



www.defensoria.ba.def.br